

ASSIGNATURAS

| | |
|------------------------------|---------|
| Por um anno | 10\$000 |
| Por seis meses | 5\$600 |
| Por tres meses | 3\$000 |
| Avulso por folha | 2\$040 |
| Anuncios por linha | 5\$060 |

A correspondencia official da capital de ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

3.ª Repartição—1.ª Secção

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS DO MEZ DE FEVEREIRO DE 1860 NAS DATAS ABAIXO INDICADAS

- 1 Conde do Farrobo, Joaquim, secretario geral do governo civil do districto do Funchal—nomeado para o logar de governador civil do mesmo districto, vago pela exoneração concedida ao brigadeiro do exercito, José Maria Baldy.
- 2 Antonio Correia Heredia—nomeado para o logar de secretario geral do governo civil do districto do Funchal, vago pelo despacho do conde do Farrobo, Joaquim, para governador civil do mesmo districto.
- 15 Bento Ferreira Soares, subdito brasileiro—naturalizado cidadão portuguez.
- 16 Agostinho José Pereira—nomeado para o logar de secretario geral do governo civil do districto de Villa Real, vago pela exoneração do bacharel Joaquim Peito de Carvalho Junior.
- 25 José Ferreira Vaz Mourão—nomeado para o logar de administrador do concelho de Villa de Rei, vago pela exoneração do bacharel Francisco José de Moura Junior.
- 25 Conde de Paraty—nomeado para o logar de governador civil do districto de Lisboa, vago pela exoneração concedida ao conselheiro Alberto Antonio de Moraes Carvalho.
- 25 Antonio José Teixeira—nomeado para o logar vago de administrador substituto do concelho de Bragança.
- 25 Antonio Manuel de Magalhães Madureira—nomeado para o logar vago de administrador substituto do concelho de Alfandega da Fé.
- 25 João Matheus de Carvalhaes e Brito—nomeado para o logar de administrador substituto do concelho de Niza, vago pela exoneração de José Maria de Barros Carvalhaes e Brito.
- 25 Bacharel Agostinho da Rocha e Castro—nomeado para o logar de administrador do concelho de Alijó, vago pela exoneração de José de Castro Correia de Lacerda.

2.ª Secção

- 6 Alexandre Soares Pinto de Andrade, José Carlos Lopes, Simão Duarte de Oliveira, José Joaquim Leite Guimarães, Visconde da Trindade, Antonio Martins dos Santos, Guilherme Augusto Machado Pereira, Visconde de Penna, Antonio Augusto Soares de Sousa Cirne, João de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, Antonio José Monteiro Guimarães, Manuel José de Sousa Araújo, Francisco Gonçalves de Aguiar, e Domingos Manuel Barbosa Brandão—nomeados para vogaes do conselho filial de beneficencia do districto do Porto no biennio de 1860 e 1861.

- 16 Junta Parochial de S. Thiago da Moita, no concelho da Anadia—licença para vender os bens pertencentes a diversas confrarias d'aquella parochia, que, por não estarem constituídas legalmente, lhe foram devolvidos.

- 23 Associação protectora de meninas pobres, estabelecida em Lisboa—approvação dos seus estatutos.

3.ª Secção

- 16 José Gaspar de Lemos—confirmado no partido de medicina do extinto concelho de Maiorca, hoje reunido ao da Figueira da Foz, districto de Coimbra.
- 27 Francisco José da Costa—confirmado no partido de cirurgia da villa da Ericeira, concelho de Mafra, districto de Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei, sendo-lhe presente a consulta do conselho geral de instrução publica, de 18 de novembro ultimo, em que propõe varias providencias, com o fim de se conhecer, se o methodo denominado portuguez deve ser preferido nas escolas primarias aos methodos antigos, precedendo uma rigorosa confrontação entre um e outro;

Considerando que uma das primeiras condições para o progresso do ensino primario é a excellencia dos methodos adoptados;

Considerando que havendo o methodo portuguez sido já posto em pratica por diferentes professores em diversas escolas, e mesmo até certo ponto apreciado pelo publico em muitas experiencias da sua applicação, levadas a effeito pelo proprio autor, é um dever para o estado verificar, por meio de um inquerito serio e imparcial, a primazia ou inferioridade de similhante methodo em relação aos antigos;

Considerando que é da maior conveniencia promover e adoptar todos os descobrimentos uteis, principalmente os que têm por fim o primeiro de todos os interesses sociais, qual é o da educação e instrução da mocidade;

Considerando, finalmente, que para ser sincera e demonstrativa, como tanto importa, a confrontação entre os indicados methodos, deve effectuar-se de modo que experimentalmente, e sob a inspecção do estado, se possa reconhecer qual d'esses methodos tem a melhoria;

Ha por bem, conformando-se com a sobredita consulta do conselho geral de instrução publica, resolver e ordenar o seguinte:

1.º Que se escolham sessenta creanças desde a idade de seis até quatorze annos, tomando todas as precauções para que se não admittam senão individuos analfabetos.

2.º Que as sessenta creanças, depois de admittidas, sejam divididas em tres classes, sendo a 1.ª de seis a nove annos, a 2.ª de dez annos até doze, a 3.ª de treze até quatorze annos.

3.º Que as sessenta creanças sejam divididas em dois grupos de trinta, tirados á sorte, de modo que a cada um d'elles caiba o mesmo numero de individuos de cada classe.

4.º Que se dê a cada creança, por cada dia que

vier ao curso, uma retribuição de 40 réis, e que por cada dia em que faltarem se lhes desconte a retribuição de dois dias.

5.º Que um dos grupos de trinta creanças seja ensinado pelo methodo Castilho, e o outro pelo methodo usual, n'um edificio apropriado e proximo do centro da cidade.

6.º Que os cursos dos dois grupos comecem no mesmo dia; que as aulas sejam no mesmo local, á mesma hora, e com a mesma duração.

7.º Que as casas das duas aulas tenham quanto possível as mesmas condições de capacidade, de luz, e de commodidade.

8.º Que os professores sejam escolhidos pelo conselho geral de instrução publica, entre os melhores mestres publicos ou particulares que em Lisboa ensinam pelos dois methodos.

9.º Que os cursos sejam diurnos.

10.º Que uma comissão especial, nomeada pelo conselho geral, seja encarregada de seguir paralelamente os dois cursos, e de os inspecionar com o maior rigor, mantendo uma perfeita igualdade nas condições das duas escolas.

11.º Que aos professores nomeados, quando sejam particulares, se arbitre um vencimento igual e decoroso, e quando sejam publicos se lhes conceda uma gratificação.

12.º Que expirados tres mezes se proceda a um exame nas duas escolas consecutivamente, e que a este exame presida a comissão inspectora, podendo

ella dirigir aos alumnos todas as interrogações que julgar convenientes, e ordenar todos os exercicios que lhe parecer.

13.º Que, passados tres mezes depois do primeiro exame, se proceda a um segundo exame, guardando-se n'elle as disposições do numero antecedente.

14.º Que a comissão possa ordenar, quando quiser, exercicios e exames parciaes.

15.º Que a todos os exercicios e exames assista, quando o julgar conveniente, qualquer vogal do conselho geral.

16.º Que depois de seis mezes a comissão inspectora redija um relatório minucioso com o seu juizo comparativo sobre os dois methodos.

17.º Se pela primeira experiencia se não poder ajuizar da preeminencia de qualquer dos methodos, renovar-se-hão os cursos experimentaes quanto seja necessario para a imparcialidade e segurança do juizo.

Outrosim ordena Sua Magestade, que, pela direcção geral de instrução publica, se expeçam as ordens convenientes, a fim de serem fielmente executadas, e observadas as disposições acima transcriptas.

Paço das Necessidades, em 6 de março de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Ill.ºº e ex.ºº sr.—Devendo proceder-se ao ensaio comparativo do methodo usual e do denominado portuguez, na conformidade da portaria d'este

ministerio de 6 do corrente, que por copia autentica envio a v. ex.ª, rogo a v. ex.ª se sirva indicarme:

1.º Quaes d'entre os professores publicos ou particulares de instrução primaria n'esta capital estarão mais habilitados para serem encarregados da regencia extraordinaria de um curso de seis mezes pelo methodo usual, nos termos da mesma portaria.

2.º O local e aulas mais apropriadas para este ensaio, proximo do centro da cidade, para facilmente poder ser inspecionado por parte da comissão nomeada pelo conselho geral de instrução publica, e por v. ex.ª na sua qualidade de commissario dos estudos.

3.º Qual a gratificação mensal que, no seu parecer, julgar que se deve arbitrar ao professor que for encarregado d'este curso.

4.º O pessoal necessario para a policia e fiscalisação d'esta aula.

5.º O processo que se deve seguir para a escolha dos alumnos que têm de ser admittidos a estas lições, nos termos do artigo 1.º da citada portaria.

Deus guarde a v. ex.ª Direcção geral de instrução publica, em 8 de março de 1860.—Ill.ºº e ex.ºº sr. conselheiro commissario dos estudos do districto de Lisboa.—José Maria de Abreu.

Identico foi expedido, *mutatis mutandis*, ao commissario geral de instrução primaria pelo methodo portuguez.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Relação n.º 34, com referencia ao districto de Leiria, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ao interessado, em conformidade das respectivas instruções, por isso que têm de ser pago pelo respectivo cofre central

| NUMERO DO TITULO | REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO | | | | OBSERVAÇÃO |
|------------------|--|-----------------------------------|-----------------|------------|--|
| | DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO | DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO | TITULO DO LIVRO | SEU NUMERO | |
| 11:799 | - | - | Pensões | 38 | Silvestre Pereira da Fonseca..... Professor jubilado |
| | | | | | VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO |
| | | | | | ANNUAL MENSAL |
| | | | | | 81\$000 6\$750 |

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 7 de março de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

Relação n.º 901, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instruções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

| NUMEROS DOS TITULOS | REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO | | | | OBSERVAÇÕES |
|---------------------|--|-----------------------------------|-----------------|------------|--|
| | DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO | DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO | TITULO DO LIVRO | SEU NUMERO | |
| - | 11:800 | - | Pensões | 38 | Camilla Carolina Blanc (D.)..... Maria da Conceição do Canto e Castro Mascarenhas Valdez (D.)..... Maria Miquelina (D.)..... |
| 11:801 | - | - | - | - | Pens.ª de monte pio |
| 11:802 | - | - | - | - | Idem de consideração |
| | | | | | VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO |
| | | | | | ANNUAL MENSAL |
| | | | | | 14\$016 1\$168 |
| | | | | | 450\$000 37\$500 |
| | | | | | 105\$120 8\$760 |

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 7 de março de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

Relação n.º 54, com referencia ao districto de Santarem, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ao interessado, em conformidade das respectivas instruções, por isso que têm de ser pago pelo respectivo cofre central

| NUMERO DO TITULO | REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO | | | | OBSERVAÇÃO |
|------------------|--|-----------------------------------|-----------------|------------|---|
| | DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO | DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO | TITULO DO LIVRO | SEU NUMERO | |
| 11:803 | - | - | Pensões | 38 | Os administradores do hospital de Jesus Christo, instituido na villa de Santarem..... |
| | | | | | CLASSIN INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO |
| | | | | | Pensionista de contrato oneroso..... |
| | | | | | VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO |
| | | | | | ANNUAL MENSAL |
| | | | | | 43\$821 3\$651 |

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 7 de março de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

DIRECÇÃO GERAL DA TESOUREARIA

Em continuação do annuncio inserto no Diario de Lisboa, n.º 47, publica-se que se expediram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 13 do corrente, dos vencimentos do mez de fevereiro de 1860 das seguintes classes:

Armada nacional e extincta brigada, Conselho de saude, Alfandega grande de Lisboa, Alfandega municipal de Lisboa, Juizes de direito e delegados, Consul em Tanger, Administração geral do pescad.

Direcção geral da thesauraria do ministerio da fazenda, em 10 de março de 1860.—Joaquim José do Nascimento Lupi.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

2.ª DIRECÇÃO—2.ª REPARTIÇÃO

Tendo subido á minha real presença um projecto de instruções formuladas pelo governador geral da provincia de Angola, e por elle mandadas observar provisoriamente, para o lançamento e cobrança do tributo denominado dizimo, nos concelhos do interior da mesma provincia, em harmonia com as actuaes circumstancias d'aquelle paiz, e em conformidade do decreto de 3 de novembro de 1856: hei por bem, conformando-me com o parecer do conselho ultramarino emitido em consulta de 7 do mez de setembro findo, approvar as mencionadas instruções que fazem parte d'este decreto e com elle baixam assignadas pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e do ultramar.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 13 de outubro de 1859.—REI.—Adriano Mauricio Guilherme Ferreri.

Instruções para o lançamento e a cobrança do tributo denominado dizimo, nos concelhos do interior da provincia de Angola.

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º O lançamento do dizimo dos concelhos do interior é encarregado a uma junta, composta do chefe respectivo, que será o presidente nato, de dois vogaes, um fiscal e um secretario, nomeados

anualmente pelo governador do districto administrativo, sobre proposta do mesmo chefe.

§ unico. Nos concelhos em que houver sub-delegado do ministerio publico, será este o fiscal da junta.

Art. 2.º Os chefes dos concelhos enviarão ao governador do districto, até ao dia 15 de janeiro de cada anno, a proposta de que trata o artigo antecedente, a qual só poderá recair em moradores bons, que forem, quanto possível, dos maiores contribuintes que residirem mais perto da cabeça do concelho, e que tenham a necessaria aptidão. Não poderão ser membros das juntas do lançamento, os que forem arrematantes do tributo do dizimo.

Art. 3.º A junta do lançamento reunir-se-ha, precedendo alvará do governador do districto, no primeiro domingo do mez de fevereiro, e da sua instalação lavrará acta, que remetterá logo por copia á junta da fazenda publica, ou á sua delegação no districto respectivo. Passará depois a annunciar por editaes o local, os dias e as horas em que hão de ter logar as suas sessões.

Art. 4.º Juntamente com os editaes de que trata o artigo antecedente, se afixarão outros, nos quaes se declare, para conhecimento dos interessados:

1.º Que em virtude da provisão de 5 de julho de 1796, do decreto de 3 de novembro de 1856 e outras disposições em vigor, se paga o tributo denominado dizimo, de fogos, predios rusticos, e gado vacum. Entende-se por fogo a propriedade em que habitar um individuo com a sua familia e escravos. Nas denominadas senzalas, o dizimo se pagará por cada cubita habitada como fica dito.

2.º Que dos predios rusticos (arimos) se paga a decima da renda liquida de fôros e pensões que os onerarem, ou a do rendimento arbitrado, quando forem cultivados pelos proprios donos, liquido tambem de fôros e pensões, e de 40 por cento para amanhos.

3.º Que dos fogos se pagará a quantia de..... augmentada successivamente nos annos seguintes, até ao maximo de 16000 réis, como se acha determinado no decreto de 3 de novembro de 1856.

4.º Que do gado vacum se pagará, por cada cabeça, o tributo de 150 réis, conforme se acha estabelecido.

5.º Que dos fôros e das pensões nas propriedades se pagará 10 por cento.

6.º Que são isentas do dizimo as propriedades da fazenda nacional por esta occupadas, ou cujo rendimento entra nos cofres publicos.

7.º Que são tambem isentas do dizimo as casas em que as camaras municipaes fazem as suas sessões, ou lhes servem para guarda de seus archivos, e aquellas em que tiverem estabelecimentos publicos para proveito do municipio; tudo quando taes casas forem de propriedade das mesmas camaras.

8.º Que são ainda isentas do dizimo os rendimentos das irmandades do Santissimo Sacramento, os das misericordias, hospitaes, e asylos de beneficencia.

9.º A respeito dos terrenos que estiverem concedidos por sesmaria, seguir-se-ha o que se acha disposto na legislação especial correspondente.

Art. 5.º Os editaes de que tratam os dois artigos antecedentes serão tambem publicados, por meio de pregão, em todas as divisões e sobados, nos logares de maior concorrência dos moradores.

Art. 6.º Os chefes dos concelhos remetterão á junta do lançamento, no dia immediato ao da sua instalação, o lançamento do anno proximo anterior, que deve existir archivado, com quaesquer outros esclarecimentos que possam ser convenientes.

Art. 7.º A junta do lançamento nomeará dois lousados informadores, por cada divisão, para a avaliação do rendimento dos predios rusticos, cultivados pelos proprios donos. Na escolha d'estes lousados procederá a junta com o maior escrupulo, a fim de que sejam pessoas entendidas e de reconhecida probidade. O presidente lhes deferirá juramento aos Santos Evangelhos, do qual fará lavrar auto, para que sem odio nem afeição dêem os seus pareceres, nos casos em que lhes forem pedidos.

Art. 8.º Para melhor se obterem os precisos esclarecimentos, poderá a junta pedir informações aos commandantes das divisões.

CAPITULO II

DO LANÇAMENTO

Art. 9.º A junta procederá ao lançamento descrevendo as propriedades agricolas, fogos e gados, por divisões, seguindo a ordem numerica, como se vê no modelo A.

Art. 10.º A junta, em vista do lançamento do anno anterior, das suas proprias observações no acto da vista que deverá fazer aos predios, dos pa-

receres dos lousados, e de todos os mais esclarecimentos que puder obter, irá determinando as collectas do dizimo, regulando-se pelas disposições do artigo 4.º d'estas instruções.

Art. 11.º Designadas as collectas, o secretario da junta as irá escrevendo no rol do lançamento, correspondentemente aos nomes dos contribuintes respectivos, segundo mostra o citado modelo A.

Art. 12.º O dizimo de fôros e pensões será lançado ao emphyteuta, para este o descontar ao senhorio directo, quando lhe pagar taes fôros ou pensões.

CAPITULO III

DA RECLAMAÇÃO

Art. 13.º Concluido o lançamento, o que terá logar impreterivelmente até 30 de abril de cada anno, a junta, antes de somadas as collectas, fará annunciar por editaes, que serão afixados e apregoados segundo o disposto no artigo 5.º, que o lançamento dos dizimos se acha patente na residencia do chefe do concelho, durante o praso de quinze dias, findo o qual, e no espaço de outros quinze dias, se receberão all todas as reclamações, por escripto, que os collectados quizerem fazer acerca das suas collectas, para serem attendidas segundo a justiça d'ellas.

§ 1.º O presidente da junta dará as providencias necessarias para que estes editaes se afixem e apreguem immediatamente.

§ 2.º Durante os quinze dias das reclamações, o fiscal da junta fará, por parte da fazenda publica, tambem aquellas que entender justas, contra as collectas diminutas.

Art. 14.º Findo o praso de quinze dias para a apresentação das reclamações, a junta se reunirá em sessão para as resolver. Na acta se lançará o resumo de cada requerimento e o seu despacho, que será motivado. Se este expediente não poder concluir-se n'uma só sessão, continuar-se-ha em tantas quantas forem necessarias.

§ 1.º Na decisão das reclamações, tanto por parte dos collectados, como do fiscal da fazenda publica, terá a junta em vista que deve attender: 1.º, aquellas que mostrarem que as propriedades collectadas não pertencem ás pessoas a quem são attribuidas; 2.º, as que mostrarem que houve erro de calculo nas collectas; 3.º, as que provarem desigualdade relativa ás collectas de outras propriedades do mesmo valor, ou rendimento; 4.º, as que mostrarem que as collectas são excessivas, ou diminutas.

§ 2.º Os requerimentos, com os respectivos despachos, serão entregues aos reclamantes.

§ 3.º Da parte da acta respectiva a cada um dos reclamantes passará o secretario as certidões que lhe forem pedidas, com previo despacho do presidente da junta, levando os emolumentos correspondentes a taes documentos, pela tabella dos governos administrativos dos districtos.

§ 4.º Os collectados, cujas reclamações não forem attendidas, poderão interpor recurso para a junta da fazenda, ou para as suas delegações nos respectivos districtos, ajuntando a reclamação feita á junta do lançamento e o seu despacho, ou a certidão da acta d'onde constar tal despacho.

§ 5.º Quando o fiscal da fazenda não for attendido em suas reclamações, ou lhe parecer que a junta do lançamento indevidamente deferiu á de algum collectado, exigirá certidão da parte correspondente da acta, ou da reclamação e do despacho (a qual o secretario lhe dará ex-officio), e ajuntando a exposição dos motivos por que se persuade que a fazenda se acha lesada, dirigirá tudo ao escriptivo deputado da junta da fazenda publica, ou ao escriptivo da delegação do districto, para ser apresentado n'estas instancias superiores.

§ 6.º As collectas que a junta do lançamento alterar, em virtude das reclamações, serão emendadas no rol respectivo, resalvando-se por extenso as quantias que em algarrismo se emendarem; o que igualmente se praticará sempre que houver emendas, sendo a resalva rubricada pelo presidente da junta e o secretario.

§ 7.º Os recursos para a junta da fazenda e as suas delegações não poderão ser interpostos depois de passado o praso de dez dias, contado da sessão em que não foi feita a junta do lançamento attendida a reclamação. D'isto se fará sempre expressa menção nos despachos de indeferimento da junta do lançamento, a fim de que os interessados não alleguem ignorancia.

§ 8.º Taes recursos serão entregues aos chefes dos concelhos, que d'elles passarão recibos. Os mesmos chefes os enviarão á junta da fazenda, ou ás delegações d'esta, aonde competirem, juntamente com a certidão da importancia do lançamento, de que trata o artigo 18.º, no tempo fixado no mesmo artigo.

CAPITULO IV

DA COBRANÇA E ARRECAÇÃO DO DIZIMO

Art. 15.º Logo que a junta tiver deferido ás reclamações, o secretario somará todas as collectas do rol do lançamento, e no fim lançará um resumo da importancia do dizimo, como se vê no modelo A.

Art. 16.º O secretario escreverá nos talões dos conhecimentos (modelo B) o extracto da verba do lançamento, não incluindo em cada um senão as verbas que no rol estiverem comprehendidas debaixo do mesmo numero.

Art. 17.º Os ditos talões, dispostos pela ordem da sua numeração, que deverá ser a mesma das verbas do lançamento, e reunidos em uma collecção, constituem o caderno da arrecadação dos dizimos, cuja somma total deverá coincidir com o do lançamento.

Art. 18.º Coordenado assim o dito caderno, o presidente da junta do lançamento remetterá á junta da fazenda da provincia, ou á sua delegação, havendo-a no districto, até ao dia 30 de junho, uma certidão conforme ao modelo D, para em vista d'ella se formar, na contadoria respectiva, o debito e a escripturação competentes.

Art. 19.º Estando os extractos conformes com o lançamento, serão logo cheios pelo secretario os conhecimentos (modelo C), e ao mesmo tempo mandará o chefe do concelho annunciar por editaes e apregoar por bandos, que se acha aberto o cofre durante sessenta dias para a recepção das collectas, declarando-se nos mesmos editaes e pregões o local e as horas em que terá logar a dita recepção.

Art. 20.º O chefe do concelho fará entregar, no acto do pagamento, a quem o realizar, os conhecimentos respectivos, que são os documentos legais para em todo o tempo se provar o mesmo pagamento. No verso do competente extracto (talão) se notará a data do pagamento.

Art. 21.º Findo o prazo de sessenta dias, que marca o artigo 19.º, serão os conhecimentos, não pagos pelos collectados, entregues aos cobradores das respectivas divisões, que poderão ser os commandantes das mesmas divisões, ou outras quaisquer pessoas da confiança do chefe e pelas quaes elle será responsavel.

Art. 22.º A entrega dos conhecimentos aos cobradores será feita mediante relações (modelo E), nas quaes aquelles passarão recibos.

Art. 23.º Pela importância das referidas relações ficarão responsaveis, para com o chefe do concelho, os ditos cobradores; sendo obrigados a entregar aquelles, findo o prazo de trinta dias, a mesma importância em réis, ou em generos dos que são admitidos no pagamento do dizimo, ou os conhecimentos que, feitas as necessarias diligencias, não tiverem podido cobrar.

Art. 24.º Os conhecimentos, cuja cobrança não tiver sido effectuada pelos cobradores, serão relaxados ao poder judicial, para se proceder executivamente contra os devedores.

Art. 25.º Os chefes dos concelhos são responsaveis para com a fazenda publica pela importância total do lançamento, e só poderão aliviar-se d'esta responsabilidade apresentando certidão de fallencia á execução judicial.

Art. 26.º Os mesmos chefes são obrigados a entregar no cofre geral da provincia, ou aonde lhes for determinado pela junta da fazenda, no principio de cada mez, a cobrança dos dizimos effectuada na mez antecedente. A referida entrega deverá ter lugar mediante uma guia ou tabella conforme ao modelo E.

Art. 27.º Quando os dizimos de qualquer concelho andarem por contrato, proceder-se-ha em tudo como fica estabelecido, com a unica differença de que os conhecimentos serão, depois de cheios, cortados e entregues ao arrematante, para este proceder á cobrança por si ou seus delegados. D'esta entrega cobrárá o chefe do concelho recibo, para sua resalva.

Art. 28.º Os chefes dos concelhos requisitarão todos os annos á junta da fazenda, com a necessaria anticipação, os conhecimentos de talão, que calcularem ser precisos em vista do numero dos collectados no lançamento do anno antecedente.

Art. 29.º O tributo do dizimo poderá ser pago em dinheiro ou em generos de produção da provincia, como dispõe o artigo 5.º do decreto de 3 de novembro de 1856, e nunca em generos produzidos ou fabricados fóra do paiz. O preço d'aquelles generos será fixado annualmente, pelo modo que se acha estabelecido na portaria do governo geral n.º 236, de 18 de janeiro do referido anno, publicada no supplemento ao boletim n.º 538; devendo as commissões para a fixação dos ditos preços reunir-se no dia 2 de janeiro de cada anno.

Art. 30.º Os generos recebidos em pagamento do dizimo, conforme o disposto no artigo antecedente, serão vendidos em hasta publica perante a junta da fazenda, para o que a mesma junta, logo que tiver conhecimento da qualidade e quantidade dos generos recebidos, fará os competentes anuncios com antecedencia de trinta dias pelo menos, e os chefes nos seus districtos ao mesmo tempo, tomando-se os lances dos concorrentes, e fazendo-se a adjudicação opportunamente ao maior licitante, que dos ditos generos será entregue no local aonde existirem sem despesa alguma de condução á custa da fazenda.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 31.º As juntas do lançamento do dizimo terão 2% da importância total do respectivo lançamento depois de definitivamente fechado com a decisão de todas as reclamações perante a junta da fazenda publica, para serem divididos igualmente por todos os membros.

Art. 32.º O secretario terá, alem da parte que lhe pertencer na conformidade do artigo antecedente, mais 1/2 %, tambem da totalidade do lançamento definitivo, a titulo de gratificação pelo seu trabalho especial e para as despesas do material do expediente.

Art. 33.º Do producto do dizimo com que os chefes dos concelhos entrarem no cofre geral da provincia terão os mesmos chefes 3%, cumprindo-lhes pagar aos cobradores que empregarem na recepção do imposto, conforme se convencionarem.

Art. 34.º As despesas da condução dos dinheiros do dizimo, ou dos generos em que este seja pago, quando se mandarem vir para Louanda, serão feitas pela fazenda publica.

Art. 35.º A junta da fazenda fornecerá impressos os talões e conhecimentos dos modelos B e C, de que tratam os artigos 16.º e 19.º

§ unico. Quando os dizimos andarem por contrato, serão á custa dos respectivos arrematantes fornecidos os talões e conhecimentos e por elles pagas tambem as despesas de que tratam os artigos 31.º e 32.º

Art. 36.º O secretario é responsavel pelos erros de calculo que commetter no lançamento, e todos os membros da junta por quaesquer prejuizos que causarem á fazenda publica.

Art. 37.º A junta é tambem responsavel pelas omissões que tiver no desempenho dos seus trabalhos, dentro dos prazos que para estes fins ficam marcados, podendo por tal motivo ser multada pela junta de fazenda até á importância da quota que deveria pertencer-lhe, conforme o artigo 31.º, segundo a gravidade dos casos.

Art. 38.º Se as juntas dos concelhos de maior extensão não puderem fazer todo o lançamento, por causa das grandes distancias, procederão em tal caso ao das divisões mais centrais, e encarregarão de cada uma das outras ao respectivo commandante, com dois homens bons d'essa divisão, um fiscal e um secretario, que serão nomeados pela mesma junta.

Art. 39.º Estas delegações da junta do lançamento com os dois leuados informadores de que trata o artigo 7.º procederão ao lançamento do dizimo nas divisões respectivas, segundo as instrucções que ficam determinadas para as proprias juntas com as unicas modificações seguintes:

1.º Que deverão concluir os seus lançamentos até 15 de abril impreterivelmente.

2.º Que terão patentes esses lançamentos, para conhecimento dos interessados, até ao dia 30 do mesmo mez.

3.º Que receberão as reclamações dos interessados até 15 de maio, e remettersão á junta do lançamento até ao dia 20 com as suas informações a respeito das mesmas reclamações, para que aquella junta possa attende-las no prazo marcado no artigo 14.º

Art. 40.º As delegações da junta do lançamento terão 2% da importância dos réis que fizerem, depois de decididas todas as reclamações respectivas, sendo esta percentagem a deduzir da total que pertenceria á junta, na conformidade do artigo 31.º, se esta fizesse todo o lançamento do concelho.

Art. 41.º Os secretarios das sobreditas delegações terão, alem da parte que lhes pertencer, na conformidade do artigo antecedente, mais 1/2 %, tambem da importância dos réis a que o mesmo artigo se refere, sendo esta percentagem similhan-

temente deduzida do total que, segundo o artigo 32.º, pertenceria ao secretario da respectiva junta, se esta fizesse todo o lançamento do concelho.

Art. 42.º Findo o prazo das reclamações, perante a junta do lançamento, os réis parciais serão incorporados no rol geral do concelho, seguindo-se a ordem da numeração ordinaria, tanto a respeito das divisões como das collectas em cada lançamento parcial de divisão.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 13 de outubro de 1859.—Adriano Maurício Guilherme Ferrer.

MODELO A

PROVINCIA DE ANGOLA
DISTRITO ADMINISTRATIVO D...
CONCELHO D...

Lançamento do dizimo no anno de 18...

| DIVISÃO | LOCALIDADES | NÚMEROS SEQUESTRADOS POR DIVISÕES | NOMES DOS CONTRIBUENTES | DIZIMOS | | | IMPORTANCIA DAS COLLECTAS | |
|-------------|-------------|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------------|--------------|-------------|---------------------------|-------|
| | | | | DE ARMOS, FÓROS E PENSÕES (a) | DE FOGOS (b) | DE GADO (c) | PARCIAL | TOTAL |
| 1.ª | Mossengue | 1 | F..... | 25000 | — | 40 | 25000 | 85000 |
| " | " | 2 | F..... | — | 5 (d) | — | — | — |
| " | " | 3 | F..... | 15000 | — | — | 15000 | — |
| " | " | " | " | — | 4 | 50 | — | — |
| Sommas..... | | | | 85000 | 9 | 90 | — | — |

Resumo do lançamento do dizimo do concelho, do anno de 18...

| | |
|---------------------------------------|--------|
| Dizimo de armos, fôros e pensões..... | 35000 |
| " de 9 fogos..... | — |
| " de 90 cabeças de gado vaccum..... | 135000 |
| Somma..... | — |

Aos... dias do mez de... de 18... annos, n'este concelho de... e casa das sessões da junta do lançamento do dizimo, pertencente ao anno de... se houve por concluido o dito lançamento, que importou na quantia acima de... E para constar se lavrou o presente termo de encerramento, que comigo assignaram todos os vogaes. E eu F..., secretario, que o escrevi.

F..., presidente
F..., fiscal
F..., vogal
F..., vogal
F..., secretario

(a) As quotas correspondentes aos armos são a decima dos rendimentos líquidos, como está explicado no artigo 4.º § 2.º
(b) e (c) N'estas casas escreve-se, respectivamente, o numero de fogos e o de cabeças de gado, que, multiplicados pelo tributo correspondente, dão as addições a assentar em frente, na columna parcial, quando o collectado tiver mais do que uma addição, e logo na columna do total, no caso contrario.
(d) Por não ser ainda constante a quota do dizimo correspondente a fogos, para todos os annos, por isso vão em branco as addições no modelo.

MODELO B

PROVINCIA DE ANGOLA
DISTRITO ADMINISTRATIVO D...
CONCELHO D...

| Divisão d... | Dizimo de armos..... | " de fôros e pensões..... | " de fogos..... | " de gados..... | Réis..... |
|--------------|----------------------|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------|
| 1.ª | — | — | — | — | — |
| 2.ª | — | — | — | — | — |
| 3.ª | — | — | — | — | — |
| 4.ª | — | — | — | — | — |
| 5.ª | — | — | — | — | — |
| 6.ª | — | — | — | — | — |
| 7.ª | — | — | — | — | — |
| 8.ª | — | — | — | — | — |
| 9.ª | — | — | — | — | — |
| 10.ª | — | — | — | — | — |
| 11.ª | — | — | — | — | — |
| 12.ª | — | — | — | — | — |
| 13.ª | — | — | — | — | — |
| 14.ª | — | — | — | — | — |
| 15.ª | — | — | — | — | — |
| 16.ª | — | — | — | — | — |
| 17.ª | — | — | — | — | — |
| 18.ª | — | — | — | — | — |
| 19.ª | — | — | — | — | — |
| 20.ª | — | — | — | — | — |
| 21.ª | — | — | — | — | — |
| 22.ª | — | — | — | — | — |
| 23.ª | — | — | — | — | — |
| 24.ª | — | — | — | — | — |
| 25.ª | — | — | — | — | — |
| 26.ª | — | — | — | — | — |
| 27.ª | — | — | — | — | — |
| 28.ª | — | — | — | — | — |
| 29.ª | — | — | — | — | — |
| 30.ª | — | — | — | — | — |
| 31.ª | — | — | — | — | — |
| 32.ª | — | — | — | — | — |
| 33.ª | — | — | — | — | — |
| 34.ª | — | — | — | — | — |
| 35.ª | — | — | — | — | — |
| 36.ª | — | — | — | — | — |
| 37.ª | — | — | — | — | — |
| 38.ª | — | — | — | — | — |
| 39.ª | — | — | — | — | — |
| 40.ª | — | — | — | — | — |
| 41.ª | — | — | — | — | — |
| 42.ª | — | — | — | — | — |
| 43.ª | — | — | — | — | — |
| 44.ª | — | — | — | — | — |
| 45.ª | — | — | — | — | — |
| 46.ª | — | — | — | — | — |
| 47.ª | — | — | — | — | — |
| 48.ª | — | — | — | — | — |
| 49.ª | — | — | — | — | — |
| 50.ª | — | — | — | — | — |
| 51.ª | — | — | — | — | — |
| 52.ª | — | — | — | — | — |
| 53.ª | — | — | — | — | — |
| 54.ª | — | — | — | — | — |
| 55.ª | — | — | — | — | — |
| 56.ª | — | — | — | — | — |
| 57.ª | — | — | — | — | — |
| 58.ª | — | — | — | — | — |
| 59.ª | — | — | — | — | — |
| 60.ª | — | — | — | — | — |
| 61.ª | — | — | — | — | — |
| 62.ª | — | — | — | — | — |
| 63.ª | — | — | — | — | — |
| 64.ª | — | — | — | — | — |
| 65.ª | — | — | — | — | — |
| 66.ª | — | — | — | — | — |
| 67.ª | — | — | — | — | — |
| 68.ª | — | — | — | — | — |
| 69.ª | — | — | — | — | — |
| 70.ª | — | — | — | — | — |
| 71.ª | — | — | — | — | — |
| 72.ª | — | — | — | — | — |
| 73.ª | — | — | — | — | — |
| 74.ª | — | — | — | — | — |
| 75.ª | — | — | — | — | — |
| 76.ª | — | — | — | — | — |
| 77.ª | — | — | — | — | — |
| 78.ª | — | — | — | — | — |
| 79.ª | — | — | — | — | — |
| 80.ª | — | — | — | — | — |
| 81.ª | — | — | — | — | — |
| 82.ª | — | — | — | — | — |
| 83.ª | — | — | — | — | — |
| 84.ª | — | — | — | — | — |
| 85.ª | — | — | — | — | — |
| 86.ª | — | — | — | — | — |
| 87.ª | — | — | — | — | — |
| 88.ª | — | — | — | — | — |
| 89.ª | — | — | — | — | — |
| 90.ª | — | — | — | — | — |
| 91.ª | — | — | — | — | — |
| 92.ª | — | — | — | — | — |
| 93.ª | — | — | — | — | — |
| 94.ª | — | — | — | — | — |
| 95.ª | — | — | — | — | — |
| 96.ª | — | — | — | — | — |
| 97.ª | — | — | — | — | — |
| 98.ª | — | — | — | — | — |
| 99.ª | — | — | — | — | — |
| 100.ª | — | — | — | — | — |

F... deve pagar a quantia de... como do lançamento a f..., verba n.º...

Concelho d... de... de 18...
Visto = F...
Chefe

F... Secretario

MODELO D

PROVINCIA DE ANGOLA
DISTRITO ADMINISTRATIVO D...
CONCELHO D...

| Divisão d... | Dizimo de armos..... | " de fôros e pensões..... | " de fogos..... | " de cabeças de gado vaccum..... | Réis..... |
|--------------|----------------------|---------------------------|-----------------|----------------------------------|-----------|
| 1.ª | — | — | — | — | — |
| 2.ª | — | — | — | — | — |
| 3.ª | — | — | — | — | — |
| 4.ª | — | — | — | — | — |
| 5.ª | — | — | — | — | — |
| 6.ª | — | — | — | — | — |
| 7.ª | — | — | — | — | — |
| 8.ª | — | — | — | — | — |
| 9.ª | — | — | — | — | — |
| 10.ª | — | — | — | — | — |
| 11.ª | — | — | — | — | — |
| 12.ª | — | — | — | — | — |
| 13.ª | — | — | — | — | — |
| 14.ª | — | — | — | — | — |
| 15.ª | — | — | — | — | — |
| 16.ª | — | — | — | — | — |
| 17.ª | — | — | — | — | — |
| 18.ª | — | — | — | — | — |
| 19.ª | — | — | — | — | — |
| 20.ª | — | — | — | — | — |
| 21.ª | — | — | — | — | — |
| 22.ª | — | — | — | — | — |
| 23.ª | — | — | — | — | — |
| 24.ª | — | — | — | — | — |
| 25.ª | — | — | — | — | — |
| 26.ª | — | — | — | — | — |
| 27.ª | — | — | — | — | — |
| 28.ª | — | — | — | — | — |
| 29.ª | — | — | — | — | — |
| 30.ª | — | — | — | — | — |
| 31.ª | — | — | — | — | — |
| 32.ª | — | — | — | — | — |
| 33.ª | — | — | — | — | — |
| 34.ª | — | — | — | — | — |
| 35.ª | — | — | — | — | — |
| 36.ª | — | — | — | — | — |
| 37.ª | — | — | — | — | — |
| 38.ª | — | — | — | — | — |
| 39.ª | — | — | — | — | — |
| 40.ª | — | — | — | — | — |
| 41.ª | — | — | — | — | — |
| 42.ª | — | — | — | — | — |
| 43.ª | — | — | — | — | — |
| 44.ª | — | — | — | — | — |
| 45.ª | — | — | — | — | — |
| 46.ª | — | — | — | — | — |
| 47.ª | — | — | — | — | — |
| 48.ª | — | — | — | — | — |
| 49.ª | — | — | — | — | — |
| 50.ª | — | — | — | — | — |
| 51.ª | — | — | — | — | — |
| 52.ª | — | — | — | — | — |
| 53.ª | — | — | — | — | — |
| 54.ª | — | — | — | — | — |
| 55.ª | — | — | — | — | — |
| 56.ª | — | — | — | — | — |
| 57.ª | — | — | — | — | — |
| 58.ª | — | — | — | — | — |
| 59.ª | — | — | — | — | — |
| 60.ª | — | — | — | — | — |
| 61.ª | — | — | — | — | — |
| 62.ª | — | — | — | — | — |
| 63.ª | — | — | — | — | — |
| 64.ª | — | — | — | — | — |
| 65.ª | — | — | — | — | — |
| 66.ª | — | — | — | — | — |
| 67.ª | — | — | — | — | — |
| 68.ª | — | — | — | — | — |
| 69.ª | — | — | — | — | — |
| 70.ª | — | — | — | — | |

Barbara da Conceição de Faria—idem um
armazem do predio da calçada de S.
João Nepomuceno n.º 7..... 10\$223
Christovão Pinto Barreiros—idem duas lo-
jas e 1.º andar do predio da rua da
Boa Vista n.º 66 e 67..... 8\$396
Domingos Ignacio Lima—idem tres ditos
e uma sobre loja do predio da dita rua
n.º 56 a 61..... 6\$666
Duque de Pamela—idem o 4.º andar do
predio da rua dos Stephens n.º 1..... 3\$550
Francisco Antonio dos Santos—idem dois
estaleiros no boqueirão do Duro n.º 5..... 30\$870
Francisco Tavares de Almeida Prouença
—idem uma loja e 1.º andar do predio da
calçada de S. João Nepomuceno n.º
21 a 23..... 2\$370
João Antonio da Luz Robin—idem dois
estaleiros no pateo das Duas Compa-
nhas..... 22\$224
João de Brito Pereira Pinto Guedes Fa-
checo—idem uma loja e 2.º andar do
predio da rua de S. Paulo n.º 24..... 4\$815
João Carlos Rodrigues (herdeiros)—idem
todo o predio do beco dos Ayprestes
n.º 6 a 8..... 5\$255
João Evangelista da Silva Pereira—idem
o 1.º andar do predio da calçada da
Bica Grande n.º 8 e 9..... 8\$88
Maria Luiza da Conceição Castro Almei-
da—idem o 3.º andar do predio da rua
do Alceir n.º 28..... 9\$260
Possidoneo Augusto Possollo Picaluga—
idem o 3.º andar do predio da calçada
de S. João Nepomuceno n.º 25..... 4\$147
Thereza de Jesus—idem dois andares do
predio da rua do Pogo dos Negros n.º
112..... 2\$074
146\$105

2.ª Secção
FREGUEZIAS DE SANTO O VELHO, LAPA E S. PEDRO EM ALCANTARA
INTER-MUROS

Anna de Paiva Martins—por ter ficado de-
voluto a loja n.º 131 da rua da Fonte
Santa..... 5\$17
Antonia Maria dos Prazeres—por lhe não
pertencer o predio da rua de Vicente
Borga n.º 108 e 109..... 3\$230
Anselmo Soares da Silva—por ter ficado
devoluto a loja n.º 28 da rua do As-
sento..... 8\$88
Antonio Afonso da Silva—idem o 4.º andar
do predio n.º 25 da travessa de
Santo Antonio..... 1\$184
Antonio Eugenio de Andrade—idem duas
lojas do predio da rua de Santa Anna
n.º 12 a 22..... 3\$252
Antonio da Fonseca—idem uma dita da
rua do Conde n.º 16..... 1\$480
Antonio Henriques de Sousa—idem a loja
n.º 40 da rua da Lapa, e duas divi-
sões do da rua dos Remedios n.º 22
e 23..... 1\$036
Antonio Joaquim Sá Dias (herdeiros)—
idem duas divisões do predio da rua
de Santa Anna n.º 89..... 1\$554
Antonio José Rodrigues—idem todo o pre-
dio n.º 29 A da rua dos Remedios e
a loja n.º 27 do predio na dita rua..... 2\$147
Antonio José Subtil—idem todo o dito
da rua de S. Francisco de Borja n.º 28
Antonio Pedro Barreto de Saldanha—
idem todo o dito n.º 12 da travessa das
Almas..... 7\$391
Antonio Lopes Machado—idem a loja n.º
13 da rua Velha e o 1.º andar n.º 28
da travessa da Trabuceta..... 1\$036
Antonio Roberto de Carvalho—idem dife-
rentes quartos do predio da rua da
Lapa n.º 60 a 62..... 3\$110
Antonio Rodrigues—idem dito dito dito
n.º 63 a 68..... 2\$629
Antonio Severino de Avellar—idem o 1.º
andar do predio da rua de Vicente Borga
n.º 121 e 122..... 8\$443
Antonio Vieira do Carmo—idem duas lo-
jas da rua do Assento n.º 23 a 25..... 8\$88
Anna Carolina Martins—idem de todo o
predio da rua da Boa Morte n.º 66..... 4\$43
Antonio Joaquim de Santa Anna—por ter
vendido o predio da rua de S. Domín-
gos n.º 11 a 13..... 2\$960
Anna Joaquina Rosa Dultra—por ter
tido devoluto o 1.º andar da calçada
da Estrella n.º 52, e ter em obras o de
n.º 55 a 57..... 7\$754
Antonio Emygdio Marques—idem varios
quartos de diferentes predios que tem
na freguezia de S. Pedro em Alcan-
tara..... 1\$798
Antonio Joaquim de Oliveira—idem varia-
rias lojas e um estaleiro da rua nova
do Caes do Tojo n.º 12 a 17..... 44\$800
Bento José do Alvar Villar—idem o 1.º
andar do predio da calçada das Necessi-
dades n.º 30..... 4\$736
Brigida Rosa de Carvalho—idem dois
quartos do predio da rua da Bella Vista
n.º 8..... 1\$407
Bernardina Carolina Martins—idem todo o
predio da rua de S. Francisco de
Borja n.º 22 a 24..... 6\$222
Bernardino Coelho (herdeiros)—idem a
agua furtada do predio da rua de S.
Domingos n.º 62..... 7\$51
Bernarda Thereza de Jesus—idem tres
quartos do predio da rua de S. Felix
n.º 16 e 17..... 1\$927
Boaventura Alves de Salles—idem dois
ditos do predio da rua do Livramento
n.º 24..... 2\$223
Cactano Mannel Roque Alvares—idem
duas lojas da rua de Santa Anna n.º
50 a 54..... 1\$112
Conde da Ponte—idem todo o predio da
dita rua n.º 86..... 24\$696
Domingos Ignacio Lima—idem a loja da
rua de S. Felix n.º 42..... 3\$69
Duarte Cardoso de Sá (herdeiros)—idem
todo o predio da rua de S. Francisco
de Paula n.º 63 a 68 no 2.º semestre
de 1857 e 2.º de 1859..... 81\$974
Eugenia Moreira da Silva—idem dois
quartos do predio da rua da Bella Vista
n.º 24 a 26..... 3\$252
Fernando José de Mendonça—idem to-
do o predio n.º 57 e 58 da rua de
S. Cyro..... 6\$66
Francisca Rita da Silva Aguiar—idem o
2.º andar n.º 6 da rua de Santos e a
loja n.º 3 da travessa das Escadinhas
da Praia..... 5\$714
Felidade Perpetua de Faria e Irmãs—
duas lojas do predio da rua do Olival
n.º 190 e 192..... 2\$075
Francisco Alberto dos Santos—idem o 1.º
andar n.º 6 da rua nova de S. Fran-
cisco de Paula..... 8\$88
Francisco Antonio—idem parte do predio
n.º 22 e 23 da rua da Bella Vista..... 4\$818
Francisco Augusto Spinola—por lhe não
pertencer os predios da travessa dos
Ferreiros n.º 1 a 6..... 57\$052

Francisco de Freitas Rego—por ter fica-
do devoluto o 2.º andar do predio n.º
85 da rua de S. Francisco de Paula..... 6\$55
Francisco José de Oliveira Sá Chaves—
idem a loja n.º 68 do canal de Colares
Francisco Manuel Bernardes—idem parte
do predio da calçada da Estrella n.º
64 e 65..... 4\$755
Faustino da Gama—por ter vendido o pre-
dio da rua da Cova da Moura n.º 40
a 42..... 2\$442
Gaspar Joaquim da Motta—por ter fica-
do devoluto todo o predio da rua da
Lapa n.º 51 e 52..... 3\$085
Gertrudes Ludovina de S. José Mello e
Bastos—idem dois quartos do predio da
rua do Livramento n.º 73..... 1\$112
Gertrudes Thereza Pires—idem tres quar-
tos da rua do Vicente Borga n.º 81 a
83..... 1\$112
Hermenegildo Fernandes (herdeiros)—
idem as coxeiras do predio da travessa
da Livramento n.º 22 a 25..... 2\$960
Henrique Palyart, adjudicado a Bernar-
dino José de Carvalho—idem a loja e
tilheiro do predio da calçada do Mar-
quez de Abrantes n.º 39..... 3\$540
João Carlos Cordeiro—idem a agua fur-
tada da rua de S. Felix n.º 29, e todo
o predio da rua de S. Felix n.º 53 a
55..... 6\$06
Jorge Augusto Hussen da Camara—idem
todo o predio da rua de Vicente Borga
n.º 4 e 5..... 8\$891
João Luiz Talone—idem cinco lojas do
predio da rua do Assento n.º 5 a 9..... 3\$790
João Pedro Ferreira da Silva—idem a
loja da rua do Conde n.º 32..... 8\$88
João Xavier de Almeida—idem dois quar-
tos da rua de S. Francisco de Paula
n.º 34..... 1\$846
João Xavier do Espírito Santo—idem dois
subterraneos da rua do Meio n.º 85..... 8\$88
Joaquim Antonio de Sousa—idem duas
lojas na travessa da Torrinha n.º 30
e 31..... 7\$739
Joaquim Miguel Pereira—idem varios
quartos dos predios da rua da Lapa n.º
102, e rua do Machado n.º 7 e 8..... 3\$752
Joaquim Quintino Dias—idem dito do
predio da rua do Livramento n.º 48 e
70..... 4\$259
José Antonio de Carvalho—idem o 1.º
andar da rua do Meio n.º 57..... 1\$184
José Antonio de Castro—idem varios quar-
tos da rua das Trinas n.º 39 a 43..... 7\$080
José Joaquim de Azevedo e Almeida—
idem todo o predio da rua da Bella Vista
n.º 20 A e 21..... 1\$851
José Joaquim Ramos—idem o 2.º andar
do predio da rua de Santa Anna n.º 40
a 42..... 1\$258
Jeronymo Freire Gameiro de Castro—
idem parte do predio da rua das Pra-
ças n.º 55 e 56..... 2\$962
Irmãdade do Santissimo Sacramento de
Santos—idem varios quartos de dife-
rentes predios que tem na freguezia de
Santos..... 2\$901
João Antonio da Luz Robin—idem varios
quartos de diferentes predios que tem
na freguezia de Santos..... 19\$311
João Marques Garcia—idem o 2.º andar
do predio da rua das Madres n.º 48..... 3\$393
José Pereira de Almeida—idem varios
quartos do predio da travessa das Al-
mas n.º 20 a 23..... 1\$407
João Francisco de Araújo—idem as tre-
ceas sitas à Pampulha..... 1\$110
Josepha Maria Pereira Gonçalves—idem o
3.º andar do predio n.º 39 da rua da
Silva e o 2.º andar do da rua da Espe-
rança n.º 142..... 4\$572
José Lampraia Pereira—idem a loja do
predio da rua de S. Francisco de Paula
n.º 77..... 6\$16
José Bento da Silva—idem cinco ditos
do dito da rua das Praças n.º 46 e 47
José Antonio Pinto Soares—idem tres
quartos do dito da calçada da Estrella
n.º 43 e 44..... 1\$703
Lourenço Elloco—idem todo o predio da
rua de S. Caetano n.º 34 a 36..... 7\$739
Ludgera da Conceição Pinheiro—idem
dois quartos dos predios da rua da Costa
n.º 34 e rua do Arco n.º 64..... 4\$736
Luiz Garcia—idem todo o predio da rua
do Noronha n.º 8 e 9..... 4\$43
Ludovina Placida—idem todo o predio
n.º 35 a 37 da rua da Costa..... 1\$393
Luiza Anna Hurt Morales—idem a co-
xeira n.º 60 da rua das Praças..... 5\$17
Mannel Alves Renda (herdeiros)—idem
a agua furtada do predio da rua da
Boamorte n.º 48 A..... 7\$739
Mannel José Dias Monteiro—idem toda
a parte urbana do predio da rua da Co-
va da Moura..... 1\$900
Mannel de Oliveira Luizes—idem a loja
da rua das Praças n.º 61..... 1\$478
Mannel Severo Correia de Brito Guedes
—idem o 1.º andar do predio da rua
de S. João da Matta n.º 92..... 5\$92
Maria Amalia de Oliveira—idem o 1.º
andar do predio da calçada do Mar-
quez de Abrantes n.º 47..... 3\$692
Maria do Carmo de Carvalho—idem parte
do predio da rua dos Remedios n.º 21
Maria da Conceição—idem varias lojas
das terceiras que tem na rua de San-
tos, e duas lojas do predio da rua de
S. João da Matta..... 8\$490
Maria Gertrudes Vieira da Silva—idem
uma loja da travessa do Outeiro n.º 9
Maria da Gloria Pereira de Sena—idem
todo o predio da rua de Santa Anna
n.º 28 a 30..... 2\$223
Maria Margarida—idem tres lojas do pre-
dio da rua da Lapa n.º 93 e 94..... 2\$223
Maria Theodora—por lhe não pertencer
o predio da rua de Caetano Falha n.º
10 e 11..... 2\$667
Marianna Amalia—por terem ficado va-
gos dois quartos do predio da rua de
S. Francisco de Borja n.º 40 a 43..... 7\$739
Marianna Eduarda Canavarro—idem todo
o predio da calçada das Necessidades
n.º 4..... 21\$609
Marianna Eugenia de Sá e Azevedo—idem
o 1.º andar do predio da travessa do
Sacramento n.º 1 a 4..... 5\$330
Marianna Raymunda Ferreira Sarmento
(herdeiros)—idem todo o predio da rua
dos Navegantes n.º 44, e varios quar-
tos do predio da rua da Bella Vista n.º
44..... 1\$998
Martinho Lourenço Roussado—idem o 1.º
andar do predio da rua das Trinas n.º
37..... 7\$48
Manuel Lourenço de Carvalho—idem a
loja da rua das Trinas n.º 102..... 2\$665
Manuel Soares Capitão (herdeiros)—idem
duas ditos do predio da rua do Olival
Maria Joanna do Patrocinio Castro—por

ter vendido o predio da rua da Costa
n.º 57 A..... 1\$333
Mannel Rufino Alves—por ter vendido o
predio da rua de S. Francisco de Paula
n.º 79 e 80..... 5\$556
Marquez de Santa Iria—por ter ficado de-
voluto as treceas que tem à Pampul-
ha..... 8\$891
Mannel Caetano Gonçalves—idem varios
quartos dos predios da rua das janelas
Verdes n.º 37 a 41 rua da Esperança
e outros..... 22\$647
Pietro (mr. de)—idem varios quartos do
predio da rua do Sacramento n.º 22 a
36..... 6\$910
Pimentel, viúva e filhos—idem todo o pre-
dio da rua do Olival n.º 112..... 3\$504
Pedro Francisco da Costa Alvarenga—
por ter vendido o predio da rua de S.
Francisco de Paula n.º 81 e 82..... 3\$853
Recolilhas do convento dos Olivares—por
ter ficado devoluto o predio da rua do
Machadinho n.º 6..... 8\$14
Rosa Maria de Faria—idem a agua fur-
tada do predio da rua dos Remedios
n.º 36..... 1\$184
Theodozio José das Dores—idem o 1.º

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE VIZEU

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio
de Vizeu, no mez de janeiro de 1860

| DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS | SELLADAS | | NÃO SELLADAS | | REGISTADAS | |
|--|----------|--------------------|--------------|--------------------|------------|------------------|
| | CARTAS | JORNAL E IMPRESSOS | CARTAS | JORNAL E IMPRESSOS | DO OFFICIO | PARTICU- LAES |
| PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE VIZEU | | | | | | |
| De posta interna..... | 3 | - | - | - | - | - |
| Do reino e ilhas..... | 10.307 | 14.459 | 462 | 320 | 1.412 | 21 |
| De Hespanha..... | - | - | 37 | 77 | - | - |
| Dalem dos Pyreneos..... | - | - | 5 | 12 | - | - |
| Das provincias ultramarinas..... | - | - | 36 | - | - | - |
| De portos estrangeiros, por navios..... | - | - | 26 | - | - | - |
| De Inglaterra, pelos paquetes..... | - | - | 1 | 2 | - | - |
| Do Mediterraneo, pelos paquetes..... | - | - | - | - | - | - |
| Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos..... | - | - | 257 | - | - | - |
| PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS | | | | | | |
| Para terras do reino e ilhas..... | 10.604 | 5.441 | 735 | 17 | 1.088 | 22 |
| Para Hespanha..... | - | - | 96 | 2 | - | - |
| Para alem dos Pyreneos..... | - | - | - | - | - | - |
| Para as provincias ultramarinas..... | - | - | - | - | - | - |
| Para o Brazil, por navios..... | 225 | 10 | - | - | - | - |
| Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos..... | 38 | 6 | - | - | - | - |
| Para Inglaterra, pelos paquetes..... | - | - | - | - | - | - |
| Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes..... | - | - | - | - | - | - |
| | 21.180 | 19.916 | 1.655 | 430 | 2.500 | 43 |
| | 19.146 | 14.725 | 1.890 | 445 | 3.191 | 58 |

No mez de janeiro de 1859 o movimento da correspondencia foi de

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Vizeu, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Vizeu, em 1 de fevereiro de 1860.—O administrador, José Bernardino de Abreu Gouveia.

PARTE NÃO OFFICIAL
CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES
EXTRACTO DA SESSÃO DE 27 DE FEVEREIRO
PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE D'ALGÉS,
VICE-PRESIDENTE SUPLENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello (Conde de Peniche.

As duas horas e tres quartos da tarde, reunido
numero legal, declarou o sr. presidente aberta a
sessão.
Leu-se a acta da sessão antecedente que se julgou
approvada por não haver reclamação em contrario.
Deu-se conta da correspondencia.
O sr. Presidente—primeiro que tudo, participou
à camara, que a commissão encarregada de levar
a Sua Magestade a resposta ao discurso do throno,
cumprindo o seu dever, e foi recebida com a cos-
tumada benevolencia.
O sr. Presidente—declarou que foi enviada a
mesa d'esta camara debaixo de subscripto, em que
se dizia que era offerecido aos dignos pares do rei-
no, um exemplar do requerimento que os credores
à nação hespanhola fazem ao imperador dos fran-
cezes, para que tome em consideração o estado em
que estão com a corte de Hespanha, e advogue a
sua causa perante o congresso que esperavam se
reunisse. Igualmente é dirigida a todas as nações
cujos representantes têm de figurar no futuro con-
gresso de Vienna.
O sr. Presidente—pediu a attenção da camara
para o que passava a expor. Os dignos pares talvez
haja notado, como um digno par tivera abondante
de lhe dizer, que só hoje se publicasse a sessão que
teve lugar n'esta casa por occasião da resposta ao
discurso do throno; que na verdade teve uma de-
longa muito maior do que está estabelecido. Que,
indagando a causa de semelhante demora, fora in-
formado que tinha sido, por alguns dignos pares
demorarem os seus discursos. Diferentes ordens se
hão expedido para que as sessões se publiquem com
a regularidade que esta camara tem determinado;
mas pelo motivo que acabava de ponderar, não têm
ellas podido ser cumpridas. Se havendo tanto inter-
vallo de um a outro dia de sessão se dão estes ca-
sos, que fará quando ellas forem seguidas!
Entendia dever dar esta satisfação à camara, es-
perando que tal demora não mais se repita, pois
a esse respeito se expediram as mais terminantes
ordens.
O sr. Visconde de Sá—leu e mandou para a mesa
uma proposta de lei para passarem ao exercito de
Portugal os officiaes militares das provincias ultra-
marinas, que em serviço nas mesmas hajam obtido
o posto de capitão, ou outro superior, e conforme as
circunstancias indicadas na mesma proposição.
Acrescentou não ser isto outra cousa mais que
a repetição n'esta camara de uma proposta que, na
qualidade de ministro, propoz na camara dos srs.
deputados, e que foi mandada à commissão respec-
tiva.
Este objecto não é puramente novo. A legislação
não favorece, dos officiaes do ultramar, senão aquelles
que têm chegado ao posto de coronel; porque
só estes têm direito a entrar no exercito de Por-
tugal; e a presente proposta é só tendente a fazer
extensiva essa lei a postos inferiores, uma vez que
estejam nas circunstancias, e tenham as habilita-
ções necessarias. Será este o meio de ter o governo
maior numero de officiaes, a offerecer-se para o ser-
vicio do ultramar.
O sr. Visconde d'Atoguia—recordou que na
sessão de 24, que foi prorogada, se tratara no fim
della de explicações; e portanto não quiz interrom-
pe-las pedindo a palavra. Hoje porém pedia a
camara licença, para dizer duas palavras e referir-se
à parte das observações que n'aquelle dia se fize-
ram n'esta casa.
O digno par o sr. marquez de Vallada antes de
fazer a exposição que impressionou a todos, por isso
que rebatue como devia as asserções infundadas de
que no paiz havia a tendencia para a fabricação de
moeda falsa, castigou devidamente esses malvados,
e começou o seu discurso por dizer, que havia visto,

andar do predio da rua do Olival n.º
171..... 7\$739
Theotonio Pereira—idem a loja n.º 14 da
rua Fresca..... 1\$110
Visconde de Ota—idem varios quartos
do predio da praia de Santos n.º 24
a 35..... 8\$000
Visconde de Andaluz—idem todo o pre-
dio da rua da Flor da Murta n.º 19 a 21.
Visconde de Porto Covo de Bandeira—
idem dito da rua da Santissima Trin-
dade n.º 21 e 22..... 1\$505
Viscondessa da Asseca D. Marianna—
dito da rua de S. Caetano n.º 4 a 6..... 7\$542
Victo Gonzaga Pretorio Ferreira—por ter
vendido o predio da rua do Livramento
n.º 21 a 26..... 12\$892
Vicente José Dantas—idem o dito da rua
de S. Domingos n.º 2, e ter tido vago
o 2.º andar do predio da rua da Bella
Vista n.º 4..... 3\$851
55\$0793

Junta dos repartidores do bairro de Alcantara,
no 1.º de fevereiro de 1860.—O presidente, Pedro
José da Silva Leitão.—O vogal, Antonio Filipe de
Barros.—O vogal secretario, Marcos Cosmelli.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE VIZEU

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio
de Vizeu, no mez de janeiro de 1860

| DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS | SELLADAS | | NÃO SELLADAS | | REGISTADAS | |
|--|----------|--------------------|--------------|--------------------|------------|------------------|
| | CARTAS | JORNAL E IMPRESSOS | CARTAS | JORNAL E IMPRESSOS | DO OFFICIO | PARTICU- LAES |
| PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE VIZEU | | | | | | |
| De posta interna..... | 3 | - | - | - | - | - |
| Do reino e ilhas..... | 10.307 | 14.459 | 462 | 320 | 1.412 | 21 |
| De Hespanha..... | - | - | 37 | 77 | - | - |
| Dalem dos Pyreneos..... | - | - | 5 | 12 | - | - |
| Das provincias ultramarinas..... | - | - | 36 | - | - | - |
| De portos estrangeiros, por navios..... | - | - | 26 | - | - | - |
| De Inglaterra, pelos paquetes..... | - | - | 1 | 2 | - | - |
| Do Mediterraneo, pelos paquetes..... | - | - | - | - | - | - |
| Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos..... | - | - | 257 | - | - | - |
| PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS | | | | | | |
| Para terras do reino e ilhas..... | 10.604 | 5.441 | 735 | 17 | 1.088 | 22 |
| Para Hespanha..... | - | - | 96 | 2 | - | - |
| Para alem dos Pyreneos..... | - | - | - | - | - | - |
| Para as provincias ultramarinas..... | - | - | - | - | - | - |
| Para o Brazil, por navios..... | 225 | 10 | - | - | - | - |
| Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos..... | 38 | 6 | - | - | - | - |
| Para Inglaterra, pelos paquetes..... | - | - | - | - | - | - |
| Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes..... | - | - | - | - | - | - |
| | 21.180 | 19.916 | 1.655 | 430 | 2.500 | 43 |
| | 19.146 | 14.725 | 1.890 | 445 | 3.191 | 58 |

No mez de janeiro de 1859 o movimento da correspondencia foi de

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Vizeu, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Vizeu, em 1 de fevereiro de 1860.—O administrador, José Bernardino de Abreu Gouveia.

PARTE NÃO OFFICIAL
CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES
EXTRACTO DA SESSÃO DE 27 DE FEVEREIRO
PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE D'ALGÉS,
VICE-PRESIDENTE SUPLENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello (Conde de Peniche.

algumas folhas da capital, accusado um mini-
stro do Brazil de connivente com os moedeiros fal-
sos. Tambem s. ex.ª se referiu a um tratado, feito
por elle orador com aquelle cavalleiro, no qual se
tratava de augmentar as penas que impõe a lei,
conducentes a reprimir aquelle horroroso e infame
commercio. Dirá agora a s. ex.ª, primeiro que
tudo, que o estado de sua saude e outras circum-
stancias o levam a não poder ler os diversos jornaes;
e não pôde por conseguinte estar ao facto de mu-
ltas cousas; achando-se pois reduzido a ler o jornal
official de Lisboa e o Times, jornal universal de
Inglaterra. Portanto, não está bem informado a tal
respeito, e só pôde digno par souber que houve al-
guem n'este paiz que accusou um ministro do Bra-
zil de connivente no commercio de moeda falsa.
Na occasião de se fazer o referido tratado deu-se
um caso que tem alguma coincidência com o actual,
e recebeu, como acontece a todos os ministros, car-
tas anonymas em que se involviavam, a par de alguns
nomes indicados no commercio de moeda falsa,
outros de maior auctoridade. Era isto um modo in-
directo de fazer diminuir a impressão que então ha-
via e o desejo que o ministerio tinha de procurar
conhecer quem eram os criminosos e castiga-los.
É o que lhe parece que acontece hoje: denuncia-
se de moedeiros falsos, homens a quem o paiz nunca
suspeitou que se podesse fazer uma tal accusação.
Pode elle orador enganar-se, porque é homem; mas
o que pôde asseverar à camara e ao paiz é que, an-
teriormente à elaboração do tratado e mesmo du-
rante o tempo em que se concordou, achou uma ad-
hesão da parte d'aquelle cavalleiro representante
do Brazil, para que elle se fizesse, que bem se co-
nhecia o grande desejo que tinha de iniciar o go-
verno, sobre quæ eram os individuos em quem re-
caíam suspeitas, ou que tinham probabilidades de
se empregarem n'aquelle commercio; e apresentou
um tratado com os meios mais convenientes para
reprimir e castigar os criminosos.
Por consequencia acha a maior injustiça tal ac-
cusação e entende que é falsa, e que quem lh'a fez
tem motivos que se não apresentam explicitamente
n'esses jornaes.
Entendeu dever fazer esta declaração, por quanto,
até certo ponto, as reflexões do sr. marquez de Val-
lada exigiam que elle orador dissesse o que se pas-
sou com o tratado a que se referia.
O sr. Marquez de Vallada—lamentava que, tendo
sido dada para a ordem do dia d'esta sessão uma
interpellação do digno par o sr. Izidoro Guedes,
nenhum dos srs. ministros se achasse presente, e con-
tinua a lamentar, como em outras occasiões, que os
srs. ministros da coroa não venham a esta casa,
havendo importantes perguntas a dirigir a s. ex.ª.
Desejava dirigir algumas palavras ao governo e
era preciso que algum dos srs. ministros se achasse
n'aquellas cadeiras. Tinha mesmo de fallar alguma
cousa sobre o que acaba de dizer o sr. visconde de
Atoguia.
Visto achar-se de pé, aproveitaria a occasião para
apresentar uma proposta, a qual pôde ser discutida
e approvada sem a presença dos srs. ministros, e
em quanto se trata d'ella poderão chegar ss. ex.ªs,
e então dirá mais alguma cousa.
Mandou para a mesa a sua proposta, que era do
teor seguinte:
«Propoño que esta camara eleve todos os seus
empregados subalternos ao mesmo vencimento, a que
a camara dos srs. deputados, em sessão de 28 de
maio de 1859, elevou todos os seus empregados su-
balternos, com urgencia.
«Camara dos dignos pares do reino, 27 de feve-
reiro de 1860.—Marquez de Vallada.»
O orador acrescentou ser ella o mesmo que se
fez na camara dos srs. deputados, e não havendo
rasões que militem para uns sen que o façam pe-
los outros, parece-lhe de justiça proceder-se de ma-
neira igual como em casos identicos. Submette a
sua proposta à consideração da camara, fazendo vo-
tos para que seja approvada, esperando do sr. pre-
sidente que lhe dê o andamento conveniente, e para
isso propunha a urgencia.
Foi approvada a urgencia.
O sr. Presidente—declarou que ia ser remetti-
da à commissão competente, para dar sobre ella o
seu parecer.
O sr. Marquez de Vallada—é de opinião que a
sua proposta não estava no caso de precisar ir a

uma commissão, pois já todos os dignos pares sa-
bem o que contém, e de certo estão comprehendidos
do assumpto, e por isso talvez que desde já se po-
desse tratar d'ella, visto mesmo não se acharem pre-
sentes os srs. ministros. Requeria pois se fizesse com
esta proposta, o que se tem feito com outras iguaes,
em que se tem dispensado o regimento para se tra-
tarem desde logo.
O sr. Presidente—disse que o que lhe cumpria
fazer era repetir à camara o pedido de s. ex.ª, para
ser dispensado o regimento. Devia com tudo infor-
mar que não havia precedente nenhum nos termos
que o digno par invocou. E no fim das sessões que
similhanes propostas costumam ter lugar, e então,
se ellas se votam logo algumas vezes, é o motivo a
falta de tempo; no começo das sessões não ha po-
rém tal costume, nem precedente algum; pois ha-
vendo mais espaço de tempo, vão a uma commis-
são, que é quasi sempre a da fazenda, conjuntamente
com a do regimento ou a mesa. A camara está to-
davia no direito de dispensar essa formalidade de
por isso o propunha.
Posta a votação não foi approvada a indicação.
O sr. Marquez de Vallada—acorda que não vê sen-
tado ali os srs. ministros da coroa, não podia dei-
xar de dizer o que acabava de lhe ser contado, e
que muita gente sabia, acerca do que em Lisboa
se tem passado n'estes ultimos dias. Na vespera d'a-
quelle mesmo dia appareceu em Lisboa, segundo se
dizia, uma porção de notas falsas do banco de Por-
tugal, e ao sr. governador civil, que não sabe se
está presente, competia como primeira auctoridade
administrativa, e pela importancia do seu cargo, ser
o primeiro em dar conta ao governo d'estas pala-
vras d'elle orador. Vê pois que se não limita

par um facto, e pediu algumas explicações a este respeito. Elle, presidente, pela muita deferencia que tem para com todos os dignos pares, e para com s. ex.ª, desejava satisfazer-lhe a sua vontade, mas não podia dar seguimento nenhum a essa interpegação, por não estar presente o sr. ministro, e ter-se o digno par reportado ao sr. governador civil, que não era o responsável neste caso, nem lhe podia dar os esclarecimentos que pretendia. Agora porém que estava presente o sr. ministro da fazenda convidava o digno par a repetir as considerações que fez sobre objecto tão grave, e por isso lhe concedia novamente a palavra.

O sr. *Marquez de Vallada*:—sabe perfeitamente que o sr. governador civil não tem responsabilidade alguma em tal objecto, mas se se reportou a s. ex.ª foi sómente para fazer constar ao governo que trataria de tal assumpto. Como porém o sr. ministro da fazenda já está informado da sua intenção repetiria as palavras que dissera.

Constou a elle, orador, e a muitas pessoas em Lisboa, que tinham apparecido algumas notas falsas do banco de Portugal, e especialmente na loja de um dos principaes cambistas. Este negocio é muito grave, e o sr. ministro da fazenda assim o reconheceu, portanto espera que o governo adopte as providencias convenientes, com a energia de que se carece n'um negocio tão importante. Pede ao governo que não descanse n'esta questão da moeda falsa, porque este infame trafico não se limita só ao Porto, e hoje se vê que tambem se fabricam em Lisboa. Já ha muito tempo que apparecem algumas moedas de prata, e outras de ouro, muito raras, tambem falsas. Espera a explicação do sr. ministro.

O sr. *Ministro da fazenda*:—expoz ser precisadamente sobre o ponto que o digno par acabava de tocar, que desejava fallar, porque lhe constava que s. ex.ª tinha já dito alguma coisa a tal respeito.

O assumpto é tão grave, que apparecendo esta observação por parte de um digno par na casa do parlamento, podia lançar suspeitas de que houvesse um proposito da parte do governo em não dar as devidas explicações, se porventura elle, orador, não tivesse accedido logo para este fim. Consta-lhe que houve effectivamente desconfiança, que algumas notas do banco de Portugal, em circulação, eram falsas; mas pela conferencia a que se procedeu, logo no mesmo banco, conheceu-se que essas notas eram do banco de Portugal, e viu-se que a desconfiança era infundada, nascendo a suspeita de certo de terem sido estampadas essas notas em papel mais incorpado que o de uso.

Quanto aos outros pontos a que o digno par se referiu, espera elle, orador, que s. ex.ª acredite que não pôde responder agora, alem de não pertencer a maior parte dos alludidos objectos a repartição a seu cargo; mas pôde asseverar a s. ex.ª que para o governo os criminosos não são de partido nenhum, e julga que não houve nunca n'este paiz governo algum que lhes desse protecção (*apoiados*). O governo actual tem procurado todos os meios para os criminosos serem punidos como devem ser. Em quanto particularmente a um facto a que o digno par parece alludir, pôde tambem dizer a s. ex.ª, que, pelas explicações que foram dadas na outra camara sobre este mesmo objecto, não foi retirada a força publica de parte alguma do paiz, onde fosse necessaria para se manter a segurança publica.

O sr. *Ferrão*:—principiando lembrando que esta camara resolveu que, com urgencia, fosse impresso no *Diário de Lisboa* o projecto de codigo regulamentar de credito predial, e todos os mais documentos que tinham relação com este objecto; e as mesmas rasões, que então a camara teve para approvar a urgencia, existiam ainda; e portanto pedia que, pela secretaria, se expedissem as ordens mais terminantes á imprensa nacional, para que tal publicação tivesse lugar com a maior brevidade.

Ao mesmo tempo pedia licença á camara para fazer algumas observações sobre o objecto da sessão passada: não para interpellar ou censurar pessoa alguma, mas para fallar no campo da justiça, a fim de que, pelo seu silencio, não pareça querer autorisar directa ou indirectamente algumas das idéas emitidas n'aquella discussão.

Elle, orador, lamenta que assim na tribuna, como na imprensa, se podessem, por um modo directo ou indirecto, fazer allusões que se possam tomar como offensivas ao sr. ministro da justiça, ou a um digno representante estrangeiro nesta corte, ou a outros cavalheiros respeitáveis. Lamenta, quanto ao sr. ministro da justiça, porque, apesar de ter motivos para o censurar a outros respeito, n'esto ponto entende que não merece censura: s. ex.ª não tinha na secretaria senão documentos confidenciaes sobre objectos criminosos, e então, julga que o sr. ministro cumpriu com o seu dever, porque a punição dos réus pertence ao ministerio publico, e se elle entendesse que não havia o crime, nem a imputação, estava acabado este negocio. Mas o sr. ministro da justiça foi forçado a proceder a diferentes inqueritos, porque entendeu que estava offendendo o seu melindre, e de outras pessoas, a quem devia dar satisfação, e é n'este sentido que elle, orador, explica o seu procedimento a tal respeito. As informações que lhe foram dadas pelo presidente da relação do Porto tinham sido dadas como confidenciaes, e como taes não se podia persuadir que produzissem outro resultado.

Para elle, orador, não existem mysterios em tal objecto; porque n'uma commissão importante, de que foi encarregado, e autorisado a tomar esclarecimentos sobre diferentes objectos, viu documentos, e muita coisa a que se tem referido a imprensa, e de tudo fez um juizo que tem reservado para si, e que não devassará.

O presidente da relação do Porto é um magistrado dignissimo, e gosa d'esta opinião em toda a cidade do Porto, e a gosa de todos os seus collegas. O presidente da relação do Porto não solicitou aquelle logar, nem foi mesmo consultado, quando foi nomeado para elle. No seu logar de presidente da relação não tem vencimento maior do que aquelle que antes tinha, porque ha esta anomalia, que o presidente da relação do Porto como menor vencimento do que um juiz da relação.

É tambem para dar satisfação, seguramente, a um ministro offendido, de quem logo fallará, que appareceu, por exemplo, a demissão do carcereiro. Elle, orador, teve conhecimento muito especial d'aquelle carcereiro, no exercicio d'essa mesma commissão, e soube a historia da sua demissão. Esse carcereiro é effectivamente um dos carcereiros mais benemeritos, e mais habéis: e para a camara fazer idéa do que elle é, dirá ser um homem de instrucção menos vulgar. Esta informação que tem de tal individuo data de julho de 1859, pelo seu relatório das cadeias da relação do Porto. Tem um defeito, que é, em alguma occasião, ter mostrado falta de respeito aos seus superiores. Terve certa altercação com o procurador regio da relação do Porto, e foi censurado pelo ministerio da justiça por esse comportamento. Não pôde o orador approvar que um empregado inferior falte ao respeito a seus superiores; mas, fóra d'isto, a ordem e a disciplina das prisões é a melhor possível. Ah! já se não faz mais moeda falsa; não é, como era antigamente, o receptáculo da falsificação de toda a casta, como no tempo dos seus antecessores, e desde longa data, pois no tempo mesmo da usurpação era tal a falsidade, que alli se forjavam processos, depoimentos de testemunhas, letras de escrivães, accordos dos juizes, assignaturas de juizes, e sentenças com as quaes saíram soltos muitos presos politicos consti-

tucionaes das cadeias da relação. Chegava a este ponto a falsificação n'aquella cadeia... O que pede é que se aproveite o merito d'este empregado, que ficou sem meios de subsistencia. Não quer censurar a demissão; ella era politica, era indispensavel nas circumstancias, porque essa satisfação, que se concedeu, talvez ainda seja pouca.

Os representantes das nações estrangeiras, pelos principios da internacionalidade, não estão sujeitos á competencia e jurisdicção dos tribunaes civis nem criminaes; e se não estão sujeitos á jurisdicção civil e criminal, tambem não podem ser devassados os seus actos publicos ou particulares pela imprensa: é o que ponderam todos os autores que tratam do direito internacional. Se se considerasse assim a questão do *Charles et George*, não se teria passado pelo insulto por que se passou. Desde que a França collocou a questão no campo internacional, e que dizia que havia um representante da França dentro d'aquelle navio, elle orador não conhecia nos nossos tribunaes o direito para julgar a França, cessava toda a questão, e devia entregar-se o navio. Cessava essa declinatoria, porque não eram nós os competentes para isso. Portanto, é muito melindroso fazer accusações a um ministro ou representante de uma nação estrangeira; mas, se as accusações eram mal cabidas, muito mais mal cabidas eram em relação ao cavalheiro de que se trata. O sr. ministro do Brazil é um dos representantes não menos digno do que os das outras nações, que se acham n'esta corte; o sr. ministro do Brazil tem procedido n'este negocio com um zelo, e uma boa fé e lealdade muito grande: tem-se conduzido este digno representante de um modo tal, que nunca nos seus officios para o seu governo, nem para o de Portugal, iniciou uma só pessoa...

O sr. *Presidente*:—pode ao digno par que se circumstancia as suas idéas, pois s. ex.ª sabe perfeitamente que estão muitos dignos pares inscriptos. Este não é objecto de ordem do dia, é uma explicação que o digno par quiz dar, e na qual deve ser breve. Desculpe-lhe o digno par esta observação; mas realmente tal materia acabou na sessão passada.

O sr. *Conde da Taipa*:—pode tambem a palavra.

O sr. *Presidente*:—expõe que primeiro ha de consultar a camara, se esta materia deve continuar em discussão.

O sr. *Conde da Taipa*:—declara ter pedido a palavra para fazer algumas observações.

O sr. *Presidente*:—quando o digno par o sr. Ferrão acabar de fallar, consultará a camara se quer proseguir n'esta discussão.

O sr. *Ferrão*:—declara que taes palavras lhe saem do fundo do coração, e do amor da justiça; não é adulação a pessoas; julga da sua consciencia e do seu dever não ficar silencioso a tal respeito; no entanto, se o sr. ministro e a camara entendem...

O sr. *Presidente*:—assegura ao digno par que pôde continuar; pois tem a palavra, e não lh'a retira.

O sr. *Ferrão* (continuando):—disse que se fallou de juizes corruptos, por occasião de se tratar da moeda falsa. Elle orador só tem a dizer uma coisa em resposta ao sr. ministro da justiça: é que sabe tambem com certeza, por si e pelos seus actos, pelo tribunal a que pertence, que do supremo tribunal de justiça ainda se não fallou uma só vez sobre esta especie. Diz que é justiça que se tem feito ao seu tribunal, de que está bem certo o governo. Ha uma serie de officios, pelos quaes elle orador tem esta convicção, alem do testemunho que ha com referencia a informações certas e conhecidas.

Conclue as suas reflexões dizendo, que tambem lamenta que, quando se não pôde conhecer a razão da fortuna de alguns individuos, se faça suspeita de que ella provem de serem esses individuos negreiros, moedeiros falsos, ou contrabandistas. Não procede elle orador assim, porque sem provas nunca condemna ninguém, nem para proceder em sentido contrario é o officio de juiz. O facto porém é, que se por exemplo um negociante, apesar da sua intelligencia, não é favorecido pela fortuna e quebra com 100, 200 ou 300 contos, se essa quebra é reconhecida como de boa fé, e ainda que appareça com um activo tão pequeno, que o dividendo a repartir pelos credores seja diminuto, apesar d'essa circumstancia favorece-o a lei, e pela mesma fallida ainda se assigna uma pensão á sua familia. Agora, se pelo contrario um homem ajudado pela sua habilidade e fortuna chega a ter um capital soffivel, esse homem é alcunhado de negroiro, de moedeiro falso, ou de outra coisa semelhante.

O sr. *Marquez de Vallada*:—diz haver notas diplomaticas que assim os classificam.

O orador:—pede licença a s. ex.ª para lhe observar, que se deve ser mais justo; e que quem deseja que o respeito deve tambem respeitar os outros.

Deu estas explicações para não autorisar com o seu silencio certas idéas emitidas n'esta camara, sem contudo desjar fazer censura alguma nem á imprensa, nem ao digno par, nem a qualquer outra pessoa. Note-se, porém, que ha individuos que exploram esse campo para lucrarem o preço da denuncia e da espionagem, e é por isso necessario e conveniente estar tambem muito alerta contra esses taes (*apoiados*).

O sr. *Presidente*:—expõe que na sessão anterior era a ordem do dia a interpegação sobre moeda falsa. Esta interpegação corria entre o sr. auctor e o sr. ministro da justiça, tomando parte n'ella os dignos pares que assim o entenderam. Chegando, porém, a hora de fechar-se a sessão, e estando ainda inscriptos dois dignos pares, foi consultada a camara sobre se devia prorogar-se a sessão até que estivesse finda a interpegação.

Assim se resolveu, ficando por consequente finda a discussão sobre a materia da interpegação. Succedeu, porém, que na presente sessão, logo no principio, pediram a palavra alguns dignos pares, e concedendo-a elle, presidente, e não podendo adivinhar para que a pediam, tinha visto que fóra para fallar-se em uma materia que já estava finda. Havendo, contudo, outros dignos pares pedido a palavra, o podendo ser que para entrarem na discussão d'este assumpto, declara a s. ex.ª que lh'a não pôde dar sem primeiro consultar a camara. Antes, porém, de o fazer, cumpre-lhe apresentar a razão por que deu a palavra ao digno par o sr. visconde de Athouga; essa razão foi pela attendivel circumstancia de a pedir s. ex.ª declarando logo, que era para dar uma pequena explicação. Consulta, pois, a camara para saber, se quer que se continue a dar a palavra áquelles dignos pares que a pediram para fallar no objecto de que acaba de tratar o digno par o sr. Ferrão.

Approvou-se que sim.

O sr. *Presidente*:—expõe que primeiro do que a todos concedia a palavra ao digno par o sr. marquez de Ficalho, que a tinha pedido para diferente assumpto.

O sr. *Marquez de Ficalho*:—declarou que pedira a palavra na occasião em que o digno par o sr. marquez de Vallada referia a circumstancia de se dizer que tinham apparecido algumas notas falsas do banco de Portugal. Quería elle, orador, assegurar a s. ex.ª, que essas taes notas tinham sido reconhecidas como verdadeiras pelo proprio banco. Vendo, porém, que o sr. ministro da fazenda se encarregara de responder ao digno par sobre este facto, nada mais tinha que dizer a tal respeito.

O sr. *Visconde de Sá*:—mandou para a mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro que se peça ao ministerio da guerra, que, com toda a urgencia, remetta a esta camara o parecer que, por ventura, tenha sido dado pela commissão nomeada para preparar um plano de defesa do reino, sobre a directriz do caminho de ferro de leste que se acha contratado em relação á mesma defeza.

E que tambem se convide o mesmo ministerio a que, no caso d'aquella commissão não haver dado parecer sobre este objecto, lhe seja pedido com a mesma urgencia, convindo que ella tome em consideração as circumstancias da mesma directriz ficar a grande distancia da praça de Elvas, de sua passagem do Tejo, e de ser a largura da via ferrea a mesma em Portugal que em Hespanha.

Camara dos dignos pares, em 27 de fevereiro de 1860.—*Sá da Bandeira*.

Pede ao sr. presidente, que quando se achar presente o sr. ministro da guerra lhe dê a palavra para fazer certas perguntas a respeito das quaes já preveniu s. ex.ª.

O sr. *Ministro da fazenda*:—disse que pedira a palavra, e prometia á camara não abusar d'ella, mesmo por não ser sua tenção seguir o digno par o sr. Ferrão nas observações que acabava de fazer; e que acreditava s. ex.ª, que se a pediu foi pela circumstancia de não estar presente o seu collega da pasta da justiça. Pedira pois a palavra quando o digno par fazia a apologia de alguns empregados do Porto, exonerados pelo governo dos cargos que ultimamente exerciam, e pedira-a por lhe parecer que s. ex.ª attribuía isso a exigencias de um diplomatico estrangeiro (*O sr. Ferrão*:—replicou que não disse isso). Contudo pôde tal pensamento inferir-se das suas palavras, e de que esse acto do governo era como uma desaffronta a esse ministro a que alludiu. Seja como for, deve dizer ao digno par a verdade, e a verdade é, que o governo toma para si a plena responsabilidade d'esses actos, a respeito dos quaes obrou espontaneamente; e procedem assim porque estava dentro das suas attribuições, e do que lhe facultava a constituição do estado. Deve tambem por esta occasião asseverar á camara, debaixo da sua palavra de honra, que não houve nenhuma coacção para com o governo, que o obrigasse a praticar taes actos, e por isso elle aceita, como já disse, a completa responsabilidade d'elles. Se alguma affronta tinha sido publicamente dirigida ao ministro do Brazil n'esta corte, essa affronta só pelos respectivos tribunaes deve ser castigada, e ao governo cumpria, e era seu dever, o ordenar ao ministerio publico que procedesse como fosse de lei.

Quanto, porém, aos actos que são da attribuição do governo, como a demissão de funcionarios de confiança, repete, que todos os ministros tomam completamente a responsabilidade d'esses actos, competindo porém ao ministro respectivo dar, quando lhe pegam, todas aquellas explicações que elle entender que pôde e deve dar, segundo a natureza do facto e circumstancias de que elle seja revestido. Fóra unicamente o que queria dizer.

O sr. *Izidoro Guedes*:—pede que algum dos srs. secretarios tenha a bondade de o informar, se já veio alguma resposta sobre a participação do annuncio que fez de uma interpegação que desejava dirigir ao sr. ministro das obras publicas.

O sr. *Secretario de Mello*:—respondeu que até aquella hora não viera resposta alguma.

O sr. *Izidoro Guedes*:—pede portanto que s. ex.ª seja novamente prevenido para a sessão immediata.

O sr. *Ministro da fazenda*:—presume que a interpegação de que se falla, e que está annunciada, é sobre o caminho de ferro, isto é, sobre a maneiira como tem sido entendido um artigo do contrato do caminho de ferro. (*O sr. Izidoro Guedes*:—sim, senhor.)

Pôde dizer que o seu collega por motivo de serviço não estava então presente, mas se o digno par deseja que elle, orador, lhe faça saber quaes são os seus desejos, não tem duvida em se encarregar de fazer essa communicação, e é de esperar que o seu collega venha no primeiro dia de sessão responder, porque de certo ha de estar habilitado.

O sr. *Izidoro Guedes*:—Agradece ao nobre ministro da fazenda a sua benevolencia, e aceita ao mesmo tempo o grande favor que lhe faz em prevenir o seu collega, a fim de ver se no primeiro dia de sessão se verifica a sua interpegação, que aliás é pequena e simples, mas que muito deseja effectuar com brevidade.

O sr. *Marquez de Vallada*:—observou que o negocio de que se tem occupado é muito melindroso, e como o sr. presidente bem observou, parecia que estava esgotado o assumpto, entretanto o digno par o sr. Ferrão parece que vindo novamente fallar n'este objecto alludiu a elle, orador. (*O sr. Ferrão*:—não senhor.) Entendeu assim, e foi por isso que pediu a palavra para dizer a s. ex.ª que não lhe consta que a maior parte dos homens ricos e negociantes d'este paiz sejam alcunhados de moedeiros falsos; ao contrario vê grandes fortunas n'este paiz que se explicam muito bem. O que é verdade é que quando o digno par fallou em negreiros, elle, orador, disse, n'um aparte, haver nomes conhecidos até em correspondencias diplomaticas, nomes que hoje já não são ignorados, queria designadamente referir-se a um individuo que todos sabiam ha muito que tinha a sua fortuna por meio do trafico dos negreiros. Sente parecer-lhe que s. ex.ª fazia lançar um certo desfavor sobre elle, orador, para se acreditar no publico que vinha levantar a mesma voz que em tempos modernos e já em remotas eras, erguiam os revolucionarios para lançarem sobre todos os homens de fortuna certo desfavor. Tomando as palavras de s. ex.ª em tal sentido, entendeu que as devia repellir, mas pela explicação do digno par reconhece que não lhe foram dirigidas. (*O sr. Ferrão*:—De certo que não.)

Affirma o orador que não se arrepende do que disse; e isso que disse está escripto, e ha de apparecer tal qual o pronunciou, porque não costuma cortar o seus discursos; repete porém agora, que elle, orador, distingue entre as fortunas conhecidas e aquellas que não se explicam. Ha portanto muita differença do que disse, a lançar um labço que Deus o livre de o lançar sobre os ricos proprietarios e capitalistas d'este paiz.

Não quer tambem ir mais longe agora sobre o que disse o digno par, em quanto recommendou ao governo que aproveitasse os bons serviços, intelligencia e conhecimentos do ex-carcereiro das cadeias da relação do Porto.

Elle, orador, nunca conheceu o ex-carcereiro de que se falla, não tem mesmo noticia dos seus serviços; o que diz sempre, e em todo o caso, é que este negocio relativamente á demissão do carcereiro e do presidente da relação do Porto, é cousa sumamente grave; e que já pediu ao sr. ministro da justiça que não parasse, pede-lhe novamente que não pare; espera que o sr. ministro da fazenda terá tambem a bondade de transmitir esta instancia ao seu collega; e muito estima ouvir dizer ao sr. ministro entendo presente, que todos os ministros tomam igual e solidaria responsabilidade em actos d'esta natureza; nem podia deixar de ser s. ex.ª porém disse que lhe cumpria declarar que se não tinha cedido a nenhum pedido do ministro do Brazil n'esta corte. Ora o que elle, orador, repete tambem é que mesmo depois do que s. ex.ª acabou de declarar, os animos não ficam menos desasosegados, pois todos têm acreditado que taes demissões procederam pelo medo de desconfiança ou de pouco zelo, ou de protecção a criminosos; esta é a idéa geral. Recorda elle, orador, que quando se tratou n'esta camara da ques-

tão do juiz de direito Miranda, se disse que os ministros têm obrigação de castigar, mas não de destruir as reputações creadas (*apoiados*). A verdade é esta, a verdade é esta porque não podem haver duas verdades encontradas sobre a mesma coisa; consequentemente está certo de que os srs. ministros em tempo se explicariam mais claramente sobre este negocio. Se effectivamente o presidente da relação do Porto protegia os criminosos, se são ou não verdadeiras as supposições de muita gente, o nobre ministro não pôde parar n'este negocio; ha de proceder em conformidade das leis, e quando n'ellas não ache remedio para aquillo que quizer remediar, espera o orador que não ha de hesitar em propor a approvação de qualquer medida para que em virtude d'ella a justiça possa ser desaffrontada, e a honra d'este paiz desaggravada.

O sr. *Ferrão*:—declara que não fez allusão a pessoa alguma, e só fallou em geral.

O mal é aggravado, e a desconfiança da culpabilidade parece que vae a todos os homens de fortuna com poucas excepções! Ainda na sessão passada repetiu um digno par, que em occasião de certa crise soffreu insultos da população, como se fosse culpado de um mal que então existia, de que muitos se queixavam, e outros tomaram como pretexto para os seus fins.

Relativamente ao carcereiro não fez mais elle orador, do que emitir uma opinião conscienciosa, produzida pelas informações que teve na relação do Porto, comprovadas com documentos de autenticidade sobre o seu bom serviço. Em quanto ao merito da pessoa está elle bem provado, vê-se pelo relatório e descripção que fez do estado em que estava a cadeia antes d'elle tomar posse, e a comparação que fez com o estado posterior.

Verdade é que, por factos posteriores, pôde ter dado motivo a desmerecer do bom conceito aquelle mesmo que antes o merecia; o governo pôde ter tido rasões para demittir estes funcionarios, mas o orador entende que ninguém pôde, pela demissão do presidente da relação do Porto, inferir por coincidences, que ella tem conexão com o crime de moeda falsa. A demissão foi de logar de commissão, de logar de confiança, e o governo não tem obrigação de dar explicações d'esse acto á camara, assim como os dignos pares não têm direito de lh'as pedir. O que elle, orador, disse e diz é, que este funcionario como homem e como magistrado tem cumprido sempre com os seus deveres, e gosa da melhor opinião no Porto (*apoiados*). Não censurou, nem pôde censurar o governo pela demissão que lhe deu, antes ao contrario, já disse que o governo não merecia agora por isso a censura.

Espera que o sr. ministro da fazenda fique satisfeito com esta explicação, acreditando que ella é sincera, e que não tem outra a dar.

O sr. *Presidente*:—declara ao digno par o sr. Ferrão, que já pediu ao sr. secretario para pela secretaria fazer expedir as ordens necessarias, para que a imprensa trate de fazer a impressão a que s. ex.ª se referiu.

O sr. *Conde da Taipa*:—expõe que os membros da camara têm direito de defender o seu melindre quando se vêem atacados, mas tambem devem defender a camara pelo seu procedimento; ora, elle orador, pediu a palavra para analysar um pouco o discurso do digno par o sr. Ferrão, e o que pede á camara é que não o julgue ministerial. Admira o electismo com que o sr. Ferrão, disse que o sr. ministro da justiça é honradissimo, o que todos sabem; que o sr. ministro do Brazil era honradissimo, e que o carcereiro da relação era honradissimo, e que o presidente da relação era honradissimo; e entretanto, o sr. ministro da justiça tinha dado a demissão ao carcereiro e ao presidente da relação! Ora, elle, orador, está persuadido que o sr. ministro da justiça, não tomou aquelle expediente sem ter motivos exuberantes para assim proceder; e que só procedeu em presença das devidas informações e depois de muita reflexão.

Declara o orador que tem uma certa predilecção pelo sr. ministro da justiça, porque, com o seu caracter, tomar uma medida enérgica contra um alto funcionario, cuja conducta não analysa, é dar assim uma satisfação á moralidade publica, porque sabido é que a fabricação da moeda falsa é feita quasi com as portas abertas, mostrando-se uma relaxação de justiça de que não ha exemplo nos annos do poder judicial.

A respeito de se dizer que todos os homens ricos eram alcunhados de moedeiros falsos, isso affirma elle, orador, ser inexacto, porque ha muita gente rica de que ninguém diz tal. Bem deseja, elle orador, que se castiguem os moedeiros falsos e os negreiros, mas a respeito d'estes ultimos, ha de custar mais, porque para ser moedeiro falso basta ser ladrão, e para negroiro é preciso mais civilização.

O que se censura, é a protecção que têm tido os negreiros em Portugal; e podia dizer muita coisa sobre isto; podia mesmo citar accordos de protecção decidida aos negreiros, accordos que não tiveram effecto; porém, para evitar todos estes males, é necessario que se siga o caminho que encetou o sr. ministro da justiça, não só para com os moedeiros falsos; é preciso castigar todos os criminosos que andam impunes pelo paiz; e para isto devem-se tomar medidas, ou alterando a lei permanentemente, ou ainda contra a lei extraordinariamente, em alguns casos, e de accordo com o parlamento.

É necessario que todos mostrem a disposição para animar quem quer conseguir este fim.

O sr. *Ferrão*:—lembra que as cousas á força de se exaggerarem perdem a força. Os factos que se estão passando pelos tribunaes, demonstram a inexactidão das accusações dirigidas á administração da justiça; quando os juizes não condemnam, é quando não tem provas: as leis criminaes não são para achar criminosos, são para punir os que o são. Julga o orador que ninguém quererá para si um paiz em que se condemne sem provas.

Em quanto á demissão do carcereiro, sómente elle, orador, expozera a opinião que forma a respeito d'esse homem; o governo pode ter os seus motivos especiaes, que respecta, e de tal lhe não pede contas. Tambem não disse que a demissão foi solicitada pelo sr. ministro do Brazil; o governo tomou esta deliberação e a de exonerar o presidente da relação por motivos especiaes que para isso teve, e nos quaes não pretende entrar.

O sr. *Visconde de Balsemão*:—expoz que quando na sessão passada se tratou d'esta questão, se absteve de tomar parte n'ella por motivos que não duvida dizer á camara. E ha muitos annos amigo do sr. Dias de Oliveira, e receando ser levado pela amizade que consagra a este cavalheiro, assentou que n'este caso devia deixar de fallar; porém, como hoje algum se tem referido a este cavalheiro, e como talvez houve inconveniencia em o trazer para a discussão, assentou dever dizer alguma coisa, o que fará em poucas palavras.

O sr. *Conde da Taipa* deu a entender que talvez se devesse no mau estado da justiça no Porto, a continuação do infame trafico da moeda falsa; elle, orador, julga do seu dever dizer que no tribunal da relação do Porto, ha membros dignissimos, que da sua parte têm feito tudo quanto possível para a boa administração da justiça, quando lhes chega a sua alçada qualquer processo; mas não são elles quem tratam d'aquelles crimes, são os jurados, e todos tem visto e sabem quaes as condemnações dos jurados.

Sabe-se em Braga se apresentou um crime

provido, e o jury absolveu o criminoso. Na sua opi-

não esta instituição do jury não está estabelecida como devia, porque os jurados não estão apoiados pelas leis do modo que possam dar livremente a sua opinião; o resultado geral se não absolve, é ficarem sujeitos a serem victimas d'aquelles mesmos que condemnam. E a isto é que pedira ao sr. ministro da justiça que attendesse. O defeito não é dos tribunaes superiores, elles não são capazes de deixar ficar impune um crime d'estes; o defeito é dos tribunaes inferiores.

Devia esta declaração á amizade que consagra ao sr. Dias de Oliveira, que não obstante a exoneração que recebeu, em quanto não houver provas em contrario, para elle, orador, a sua honradez não tem a menor duvida; o sr. ministro estava no direito de o exonerar d'aquella commissão, mas esta exoneração não importa de maneira alguma a suspeita de intelligencia com os moedeiros falsos, porque o sr. Dias de Oliveira é um cavalheiro que tem merecido e continua a merecer a maior consideração a todas as pessoas respeitáveis que o conhecem e apreciam.

O sr. *Visconde de Fonte Arcada*:—antes d'esta questão ser agora tratada, já eram bem conhecidos os desjos que esta camara tem de que os moedeiros falsos sejam castigados, isto está no coração de todos os dignos pares, e por muitas vezes aqui se tem manifestado este desejo. No que julgo não deviamos ter entrado, é na apreciação dos motivos que o governo teve para demittir alguns empregados de confiança; direito que não lhe pôde ser contestado. Até aqui tudo é regular. Porém, usou o governo convenientemente d'esse direito? O tempo é que ha de mostrar se effectivamente as medidas que tomou eram necessarias, e conduziram ao fim desejado de ir ao amago do negocio; mas até então não temos nada a dizer, devemos deixar tudo isso á responsabilidade do governo, e em tempo competente o seu procedimento será avaliado, censurando-o ou louvando-o, conforme merecer.

Agora, é preciso que eu faça sentir que, desajando que estes crimes sejam castigados, não é este motivo bastante para que apresentemos aqui a idéa de sair do curso regular marcado nas leis e na constituição; se não se poderem castigar estes crimes com as leis que temos, que me parece são sufficientes, poder-se-ão emendar, mas a emenda não pôde nunca ter effecto retroactivo. O que não quero é que se siga o arbitrio, ao que me hei de oppor sempre, para que, sob o pretexto de castigar um crime, se vá contra os grandes principios que sustentam as liberdades de todos, e que se achão garantidos pela carta constitucional.

O sr. *Silva Sanchez*:—creio, se na data me não enganar, que foi em 1857 que n'esta casa se arguiaram as autoridades administrativas do Porto de negligencia, por não terem descoberto quem eram os criminosos de moeda falsa; e n'essa occasião, defendi eu aquellas autoridades, demonstrando que todos os processos, que se tinham instaurado contra fabricantes de moeda falsa ou suspeitos de o serem, tinham tido por base descobertas, certas apprehensões e capturas feitas pela autoridade administrativa.

Hoje o meu nobre amigo o sr. conde da Taipa disse, que o incremento do crime da moeda falsa não podia senão proceder da falta de administração de justiça na cidade do Porto. Pede, por isso, a palavra, e para tambem defender a administração da justiça sobre este objecto.

Sr. presidente, de todos os processos que se têm instaurado, talvez nenhum tenha ainda chegado ou subido á relação do Porto; porque os juizes do primeira instancia pronunciam; depois os processos no acto do julgamento, são submettidos á deliberação do jury; e este sempre, ou quasi sempre, tem dado por não provado o crime.

Ora, como o jury é soberano em materia de facto, segue-se que, desde que elle diz sim, o juiz fica impossibilitado de julgar não, como, desde que o jury diz não, o juiz fica impossibilitado de julgar sim, isto é, que o crime está provado. O jury não pôde ir de encontro á decisão do jury, excepto se esta lhe parecer iniqua, caso em que assim a pôde declarar, submettendo novamente o facto á sua deliberação.

O jury tem obrigação de applicar a lei em conformidade da decisão do jury. Como pôde, pois, ou em que pôde o poder judicial ter culpa de se não terem punido os moedeiros falsos?

Com isto não quero dizer que o jury seja culpado. Em sua consciencia pôde não ter achado provas sufficientes para dar por provado o crime. Mas, quando houvesse culpa, era do jury, e não do poder judicial.

Por consequencia, se com razão defendi em 1857 as autoridades administrativas, com tanta ou ainda mais razão defendo hoje a administração da justiça no Porto (e em toda a parte), visto que a relação, talvez, nunca chegou nenhum processo, a não ser por agravo de injusta pronuncia. E se algum lá tem subido por appellação, em que o jury tenha dado o crime por provado, não podia a relação, mesmo que o quizesse, deixar de condemnar os réus.

Se bem me recordo, ha apenas um caso em que o jury achou provado o crime de moeda falsa. Foi um acontecido em Trás os Montes em 1857 ou 1858.

Os dignos pares julgo que sabem perfeitamente o que succedeu em Braga com o julgamento dos que foram presos em Adães, ou por effecto do que ali se descobriu. O jury não deu por provado o crime, apesar de se terem achado todos os instrumentos comprovativos d'elle.

O ministerio publico recorreu por isso, de revista para o supremo tribunal de justiça; e este, annullando o processo, mandou que os réus fossem julgados na comarca de Barcellos, que era a do juizo competente. Assim, os presos estão ainda na cadeia; e podem vir a ser condemnados, se as provas forem sufficientes, e outro jury achar o crime provado. De outro modo estariam já livres, e isentos de toda a punição. E quando o poder judicial procede por esta forma, poderá ou deverá ser arguido d'aquillo de que não é culpado?

Como membro do poder judicial entendi portanto, que era do meu rigoroso dever demonstrar aqui, que é o mais injusta possível a accusação que se lhe fez.

O sr. *Presidente*:—preveniu a camara que em quanto tiver a honra de se sentar na cadeira da presidencia, não consentirá que os dignos pares divaguem fóra da ordem do dia, como hoje succede (*apoiados*).

Determinou que a seguinte sessão tivesse lugar na quarta feira (29), sendo a ordem do dia as interpegações e a apresentação de pareceres de commissões.

Levantou a presente sessão, eram cinco horas da tarde.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 27 de fevereiro de 1860

Os srs. visconde de Alagres; marquezes de Ficalho, de Vallada; condes das Alcaçovas, de Mello, de Paraty, de Peniche, de Ponte de Santa Maria, da Taipa; viscondes de Athouga, de Balsemão, de Bengazil, de Campanhã, de Castro, de Fonte Arcada, de Fornos de Algodres, da Luz, de Ovar, de Sá da Bandeira; barões de Arruda, de Pernes, de Porto de Moz; Mello e Saldanha, Pereira Coutinho, Ferrão, Margochi, Aguiar, Izidoro Guedes, Silva Sanchez; Brito do Rio.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 10 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

A meia hora da tarde verificou-se, pela chamada, estarem presentes 60 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão. Acta approvada.

Manda-se lançar na acta a seguinte declaração: Do sr. Coelho do Amaral, de que não compareceu às sessões de 7 e 8 do corrente, por incommodo de saúde.—Interrupção.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da marinha, participando, em resposta a um requerimento do sr. Balduino, que n'aquella secretaria, e junto a um officio confidencial do governador geral de Angola, existe o officio do presidente da relação d'aquella provincia dirigido ao mesmo governador, pedindo a exoneração do juiz ordinário do julgado de Loanda.—Para a secretaria.

2.º Do ministerio das obras publicas, acompanhando as copias, pedidas pelo sr. Carlos Bento, das portarias de 23 e 28 de janeiro ultimo, com um desenho relativo ao projecto do caminho de ferro da Ponte da Asseca a Santarem; e da de 28 do mez passado acerca do projecto da ponte sobre a Ribeira da Asseca.—Para a secretaria.

3.º Do mesmo ministerio, acompanhando a copia pedida pelo sr. Faustino da Gama, do relatório do fiscal da exploração no caminho de ferro de leste, datado de 10 do mez passado.—Para a secretaria.

4.º Do ministerio dos negocios estrangeiros, acompanhando duzentos exemplares da ratificação do tratado de 21 de fevereiro de 1857, entre Portugal e a Santa Sé, sobre a continuação do exercicio do real padroado da coroa portugueza no Oriente.—Mandaram-se distribuir.

5.º Do sr. José Tavares de Macedo, acompanhando cento e quarenta exemplares de cada um dos numeros 155, 156 e 157 do boletim e anaes do conselho ultramarino.—Mandaram-se distribuir.

6.º Uma representação da camara municipal de Santo Thyro, pedindo que se lhe faga a concessão definitiva da parte do extincto convento beneditino, em que estão as repartições municipaes e judicias d'aquelle concelho e comarca.—A' commissão de fazenda.

7.º Da camara municipal de Caminha, pedindo que se não approve a proposta do governo para a introdução de cereaes.—A' commissão de commercio, ouvida a de agricultura.

8.º Da camara municipal de Tondella, pedindo que se lhe conceda uma casa nacional, para n'ella estabelecer a casa da camara.—A' commissão de fazenda.

9.º De muitos egressos das ordens religiosas, pedindo que lhes sejam pagas por inteiro as suas prestações.—A' commissão de fazenda, ouvida a ecclesiastica.

10.º De vinte e dois consumidores e fornecedores de cevada, pedindo que na lei para a introdução dos cereaes, se permita tambem a introdução da cevada.—A' commissão de commercio, ouvida a de agricultura.

Da-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requerio que, pelo ministerio da guerra, seja informada esta camara:

I Qual foi a despesa que se fez com o deposito de Mafra, lei que a autorizou, numero de baixas por incapacidade physica, e bem assim o numero de obitos que tiveram logar nos reclusos do dito deposito. Informações dos commandantes dos corpos para onde foram mandadas as recrutadas promptas, sobre o seu estado de instrução, e finalmente se vae ou não se dissolveu aquelle deposito.

II Relação nominal dos officiaes das diferentes armas do exercito, que sendo arrematados se acham fora dos seus corpos, quer seja em commissões do ministerio da guerra, quer em outros ministerios, se accumulam vencimentos e se têm camaradas.

III Relação nominal de todos os officiaes que estão habilitados a entrar para os corpos de engenharia e de estado maior, e se ha algum inconveniente para que fiquem addidos a estes corpos.

IV Se os corpos de engenharia e de estado maior, têm a organização e pessoal convenientes para os serviços a que são destinados.—O deputado por Loulé, Vas da Fonseca.

2.º Requerio que, pelo ministerio da fazenda, seja mandado a esta camara um mappa do rendimento dos direitos do pescado, em Albufeira, Armazém de Pera, Ferragudo e Villa Nova de Portimão, nos annos de 1857, 1858 e 1859.—O deputado por Silves, Joaquim Mendes Neutel.

3.º Requerio que, pelo ministerio da fazenda, se peca com urgencia ao director da alfandega, relação especificada dos vinhos exportados anualmente pela barra do Douro, nas seguintes epochas designadas:

- 1.º De 1750 a 1756 inclusivo
- 2.º » 1757 a 1800
- 3.º » 1801 a 1822
- 4.º » 1823 a 1834
- 5.º » 1835 a 1843
- 6.º » 1844 a 1850

de ahí até ao presente.

A relação deve ser feita por annos e epochas em separado, notando-se o que se poder averiguar do valor por pipa, que tinham em cada anno no mercado do Porto, e nos estrangeiros a que foram dirigidos, e dos vinhos da primeira epocha, o que constar do preço que tiveram no mercado do Porto, e nos estrangeiros; bem como qualquer circunstancia que possa elucidar o conhecimento da quantidade e valor relativo ás diferentes epochas, nas quaes se devem declarar os tributos de exportação que pagavam anualmente por pipa ou vasilha exportada.

Sala da camara dos deputados, 9 de março de 1860.—O deputado por Sabrosa, Affonso Botelho.

4.º Tendo conhecimento de uma representação que fizeram os juizes da relação de Loanda, José Julio Rodrigues, e Julio Candido Pereira Cabral, contra os actos abusivos e arbitrarios do presidente da mesma relação, Luiz José Mendes Affonso, committidos no exercicio de suas funções, a qual foi mandada ao ministerio da marinha e ultramar, requero que o governo, pelo mesmo ministerio, mande a esta camara copia autentica da mencionada representação, e a informe do seguimento que lhe deu.

Sala das sessões da camara, 9 de março de 1860.—Balduino.

5.º Requerio que, pelo ministerio das obras publicas, se remetta a esta camara uma nota segundo o modelo junto, e por annos economicos, da despesa que se tem feito com o pessoal da direcção de obras publicas dos tres districtos do Minho, desde agosto de 1847 até junho de 1848, desde esta epocha até á data em que aquella direcção se dividiu em tres, com relação a cada um dos districtos que a compunham, e depois d'aquella data até á presente.—O deputado pelos Arcos, Placido de Abreu.

6.º Pego, com urgencia, que pela secretaria das obras publicas, commercio e industria sejam remetidos a esta camara os seguintes esclarecimentos:

I Uma nota de todas as madeiras fornecidas até hoje á companhia do caminho de ferro do sul, e os preços d'ellas.

II Se foram contratadas particularmente ou em praça.

III Copia das consultas do conselho das obras

publicas acerca das madeiras requisitadas pela companhia.

IV Copia das informações dadas pelo engenheiro fiscal do governo.

V Nota do preço por que se fornecia na praça o metro cubico de madeira nas epochas do referido fornecimento.—Silva Cabral.

7.º Requerio de novo que pelo ministerio do reino me sejam enviadas todas as portarias sobre a interpretação da lei do recrutamento.—Telles de Vasconcellos.

8.º Requerio pelo ministerio das obras publicas se me envie uma relação do pessoal que se acha empregado actualmente na estrada marginal do Douro.—Telles de Vasconcellos.

9.º Requerio que o governo, pelo ministerio dos negocios estrangeiros, remetta a esta camara, com urgencia, copia do relatório que o governo brasileiro apresentou ás cortes d'aquelle imperio em 1857 ou 1858, no qual se fazem referencias e arguições á nação portugueza sobre o fabrico de notas e moeda falsa brasileira.—D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.

São remetidos ao governo.

Tambem são expedidas pela mesa as seguintes notas de interpellação:

1.º Requerio que seja prevenido o sr. ministro das obras publicas, de que desejo chamar a attenção de s. ex.ª sobre a necessidade e conveniencia de se mandarem fazer quanto antes os estudos necessarios para ser levada a effecto a estrada que ha de ligar entre si as duas Beiras, atravessando a serra da Estrella, passando pelas Pedras Lavradas.—Gaspard Pereira.

2.º Requerio que seja prevenido o sr. ministro da marinha e ultramar de que desejo interpellar o governo sobre o estado das subsistencias na provincia de Cabo Verde no anno de 1860.—O deputado por Cabo Verde, Antonio Maria Barreiros Avellos.

Mandam-se fazer as communicações respectivas.

Tem segunda leitura as seguintes propostas:

1.º Renovo a iniciativa do projecto de lei, que apresentei na sessão de 25 de janeiro de 1859, para se pagarem por inteiro aos egressos das extinctas ordens religiosas as prestações que lhes pertenciam, revogando-se o decreto de 22 de agosto de 1843, o qual projecto se acha impresso a pagina 268 do Diario da Camara de 1859.—O deputado por Braga, Custodio de Faria Pereira da Cruz.—D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.—F. L. Mousinho de Albuquerque.—Hermenegildo Augusto Faria Blanc.—D. José Manuel de Menezes de Alarcão.—José Maria Frazão.—Domingos de Barros Teixeira da Motta.—Antonio José de Barros e Sá.—Guilherme Augusto Pereira de Carvalho de Abreu.—C. Z. Pinto Coelho.—José da Encarnação Coelho.—Antonio Feio de Magalhães Coutinho.—Antonio dos Santos Lessa.—D. José de Lacerda.—Dr. Luiz V. de Affonseca.—Barão das Lages.—João José de Azevedo.—Visconde de Pinella.—Joaquim Cabral de Noronha e Menezes.—José Guilherme Pacheco.—Domingos Garcia Peres.—Francisco Diogo de Sá.—José Joaquim Alves Chaves.—Joaquim Antonio de Calça e Pina.—Dr. Pedro Augusto Monteiro Castello Branco.—Agostinho Canella.—José Joaquim Figueiredo de Faria.

É admittida e enviada á commissão de fazenda ouvida a ecclesiastica.

2.º Renovo a iniciativa do projecto n.º 14 de 26 de janeiro de 1858.—Cyrillo Machado.

É admittida e enviada á commissão de guerra.

Igualmente tem 2.ª leitura um projecto de lei do sr. Ferreira Pontes, creando na Regua o logar de fiel dos arrolamentos.

É admittido e enviado á commissão dos vinhos.

Da-se conta na mesa de estar installada a commissão de commercio e artes, sendo presidente o sr. Costa Lobo, secretario o sr. Cabral Noronha; ha-vendo relatadores especiaes para cada um dos negocios.

O sr. Presidente:—a commissão de foraes pediu hontem que lhes sejam aggregados mais quatro membros, que são os srs. Ferrer, Justino de Freitas, Secco, e Pequito, mas a mesa não se julga autorizada a deferir a este pedido nos termos em que é feito; pertence á camara o approva-lo ou não.

O sr. Mello Soares:—não sabe quem são os srs. deputados pedidos para serem adjunctos á commissão, embora ella entenda que deve pedir alguém que a auxilie; mas oppõem-se a que se pegem individuos designados, para serem adjunctos a commissões; porque isso tem inconvenientes. Sem se oppor ao pedido por esta occasião, em principio ha de oppor-se sempre a que as commissões venham pedir nomes certos para lhes serem aggregados.

O sr. Dias de Azevedo:—apoia o pedido da commissão, apartando-se n'esta parte da opinião do sr. Mello Soares. Não recia que os membros pedidos pela commissão vão de modo algum prejudicar o pensamento da mesma commissão, porque ella que pede que lhe sejam aggregados estes cavalheiros, é porque realmente encontra n'elles especialidades para esse fim, e pelo contrario votaria contra a proposta, se ella não fosse designativa.

O sr. Monteiro Castello Branco:—a proposta foi feita por annuência de todos os membros da commissão, e em harmonia com o que se tem praticado sempre n'esta camara; e sendo assim não podem dar-se os inconvenientes apontados pelo sr. Mello Soares, e por isso entendo que ella deve ser approvada.

O sr. Barão das Lages:—estes pedidos não são novos; sempre se tem feito o que a commissão pede: pertencendo a esta commissão, declara que todos os seus collegas assentaram em vir pedir á camara estes cavalheiros para a coadjuvarem pelas suas luzes e conhecimentos, e o juiz n'este caso são os proprios individuos que fazem o pedido, nem isto é objecto de discussão.

O sr. Mello Soares:—declara que não combeteu a proposta, mas que em principio entende que se não devem fazer estes pedidos nominaes. Não tem duvida em approvar a proposta, mesmo porque os cavalheiros nomeados são competetissimos, mas a sua opinião é que isto em principio não pôde nem deve passar, e desde já pede, seja, qualquer que for a decisão da camara, que seja objecto de se tratar na commissão do regimento o que se deve seguir de futuro a respeito de iguaes pedidos.

O sr. Ferrer:—entre os nomes designados pela commissão de foraes, para lhe serem aggregados, apparece o seu, mas declara que está muito sobrecarregado de trabalho; pertence a duas commissões da camara, e fóra d'ella está na da revisão do codigo civil. Pego pois ser dispensado de pertencer a esta commissão, admittindo-se com tudo de que a proposta da commissão seja combatida, quando é costume antigo vir qualquer commissão pedir que se lhe agregue um ou outro sr. deputado, e sempre se approvava esse pedido.

O sr. Monteiro Castello Branco:—o sr. deputado não se oppõe á proposta, apenas pede que o seu nome seja retirado; declara, por parte da commissão, que ella não desiste da proposta que fez, e pede á camara que a approve na sua integra.

O sr. Visconde de Pinella:—não pôde seguir a opinião do sr. Mello Soares, em quanto a não designar nomes, porque tendo a honra de pertencer á commissão de agricultura, terá em breve de fazer igual pedido por parte d'esta commissão. A camara sabe perfeitamente quem ha de votar, mas no entanto não ha uma competencia tão viva, tão directa como é a da commissão que faz o pedido, de-

signando os nomes dos srs. deputados com quem se quer reforçar.

O sr. Mendes de Vasconcellos:—pede que se consulte á camara, se a materia da proposta está discutida.

Julga-se discutida, sendo approvado o pedido da commissão.

O sr. Presidente:—a mesa nomeou para a commissão especial de vinhos

Os srs. Francisco José da Costa Lobo, Julio do Carvalho de Sousa Telles, Eduardo Pinto da Silva Cunha, Affonso Botelho de Sampaio e Sousa, Manuel Carlos de Azevedo Pinto, Agostinho Rodrigues Soares Cancellia, Luiz Augusto Rebello da Silva, Thiago Augusto Vellozo Horta, Francisco de Almeida Coelho de Bivar.

O sr. Gonçalves de Freitas:—participa achar-se installada a commissão do credito predial, nomeando para presidente o sr. Crispiniano da Fonseca, relator o sr. Calça e Pina, e para secretario elle participante.

O sr. Secretario Mamede:—pede ás commissões que ainda se não constituíram, e principalmente ás de administração publica e de legislação, que hajam de se installar quanto antes, porque tem de lhes ser committidos muitos assumptos importantes.

O sr. Ministro da marinha (Ferrer):—O sr. presidente do conselho e ministro dos negocios estrangeiros, por motivo de molestia não tem podido comparecer, e por isso o encarrega de apresentar á camara o tratado entre El-Rei de Portugal e sua santidade o summo pontifice Pio IX, relativamente á concordata.

Por esta occasião manda para a mesa as seguintes propostas relativas ao ministerio a seu cargo.

1.º Auctorisando o ministerio da marinha a mandar abonar uma gratificação annual de 144\$000 réis ao official encarregado da direcção das observações nautico-meteorologicas, e a dispendir no anno economico de 1860-1861 a quantia de 250\$000 réis para a compra de instrumentos indispensaveis para aquellas observações.

É remetida á commissão da marinha.

2.º Approvando o quadro e tabella dos vencimentos dos engenheiros navaes de que faz menção o artigo 3.º do decreto de 24 de outubro de 1859, que organisou o dito corpo de engenheiros.

É remetida á commissão da marinha.

3.º Approvando a despesa que possa resultar do augmento de um quarto de ordenado depois de dez annos de bom e effectivo serviço, o da metade do ordenado passado vinte annos de igual serviço, aos annuenciados da 1.ª e 2.ª direcção do ministerio dos negocios da marinha e ultramar, conforme estabelece o n.º 2 do artigo 13.º do decreto de 6 de setembro de 1859, que reorganisou as repartições superiores do mesmo ministerio.

É remetida ás commissões de marinha e do ultramar.

4.º Prorrogando para o anno economico de 1860 a 1861 a auctorisação, que por carta de lei de 16 de agosto de 1858 se concedeu ao governo, para poder applicar á provincia de Moçambique o subsidio mensal de 3\$500\$000 réis.

É remetida á commissão do ultramar.

5.º Equiparando os officiaes generaes e officiaes superiores do corpo da armada, que servem como vogaes, ou outro emprego, no supremo conselho de justiça militar, em todos os vencimentos aos officiaes de igual categoria no exercito.

É remetida á commissão da marinha.

6.º Auctorisando a despesa de 1\$642\$500 réis, que pelo ministerio da marinha e ultramar terá a fazer-se no anno economico de 1860-1861, com o official que se acha estudando astronomia no observatorio de Polkova, na Russia.

É remetida á commissão de instrucção publica.

7.º Pedindo a votação da quantia de 1\$254\$000 réis, como indemnisação aos officiaes da 1.ª e 2.ª direcções da secretaria do ministerio dos negocios da marinha e ultramar.

É remetida ás commissões de marinha e do ultramar.

8.º Pedindo a votação de um credito extraordinario de 72\$900\$000 réis para a compra de duas machinas de vapor, uma para a corveta que se achava em construcção no arsenal da marinha, e outra para um vapor destinado ao serviço d'aquelle arsenal.

É remetida á commissão de fazenda, ouvida a de marinha.

9.º Auctorisando o ministerio da marinha para mandar abonar aos officiaes militares, empregados na secretaria, e ao chefe do estado maior e ajudante d'elle, o equivalente das forragens que lhes competem, na conformidade do que está estabelecido para os officiaes do exercito em commissão.

É remetida á commissão da marinha.

10.º Fazendo subsistir a favor do 2.º tenente da armada, Antonio Francisco Ribeiro Guimarães, as disposições do decreto de 4 de maio de 1847, que lhe eliminou a clausula que tinha na sua patente.

É remetida á commissão da marinha.

11.º Elevando a 400\$000 réis o soldo do escrivão da intendencia da marinha da cidade do Porto.

É remetida á commissão da marinha.

12.º Tornando extensivo aos officiaes dos navios de guerra, estacionados em Macau, o que se acha determinado para os officiaes dos navios da armada de estação na costa de Africa oriental e occidental.

É remetida á commissão da marinha.

13.º Auctorisando o governo a admitir no serviço da armada até dez enfermeiros extraordinarios, com o mesmo vencimento que os ajudantes de enfermeiros embarcados.

É remetida á commissão da marinha.

Aproveita a occasião, para dar á camara as noticias que por em quanto tem sido possivel obter, acerca do sinistro do brigue Mondego, nos mares da India.

O primeiro telegramma recebido do consul de Portugal em Nantes, dava apenas a noticia do sinistro, sem descer a detalhe algum, e mandando pedir mais esclarecimentos, recebera já segundo telegramma, onde se declara que se salvára o commandante do navio com 65 pessoas, não especificando se são todas pertencentes á tripulação, ou se o navio trazia alguns passageiros; não sendo possivel por ora terem-se recebido noticias mais detalhadas, sobre este desgraçado acontecimento.

Este navio estava ha muito tempo em Macau, e não é por culpa de ninguém, mas pela falta de embarcações para este serviço. Apenas entrou no ministerio mandou logo apromptar um navio, que seguiu para Macau em agosto para substituir o que se perdeu.

Estes desastres, com quanto muito para lastimar, não acontecem só a Portugal; ainda não ha um anno uma fragata ingleza, commandada pelo capitão Keppel, teve a infelicidade de succumbir n'aquelles mares.

Logo que receba noticias mais circumstanciadas as apresentará á camara.

O sr. Maia:—Estima que o sr. ministro viesse dar á camara parte das explicações que lhe havia pedido, mas sente, pelas informações que ouviu, que s. ex.ª tendo recebido o primeiro telegramma na quarta feira ás seis horas da tarde, só hontem e de tarde pedisse as primeiras explicações ao nosso consul em Nantes, explicações que constam do segundo telegramma, recebido esta noite. Desejava que s. ex.ª tivesse andado um pouco mais activo para satisfazer a justa ansiedade de muitas familias, que estão cobertas de susto, temendo a desgraça de pessoas que lhes são caras.

Não presumo que este desastre fosse filho dos accidentes proprios da navegação, mas sim do estado incapaz em que se devia achar aquelle navio, ha tanto tempo estacionado nos mares da China.

Este navio tinha experimentado aqui um concerto real que o habilitava a fazer esta navegação regular, mas não para se demorar tanto tempo em mares tempestuosos como aquellos; e antes que d'alli saísse devia subir a um plano inclinado, que o ha em Hong-Kong, para se reconhecer do seu estado, primeiro que emprehesse a viagem para aqui.

O navio saiu da China, e chegou a Syngapor com aguil aberta, fez um pequeno concerto, e assim seguiu para os mares da India, aonde foi a pique.

Pede ao sr. ministro que olhe com a maior attenção para as estações que se fazem para alem do Cabo, porque existindo no Tejo quatro embarcações novas, para aquellos pontos não se tem mandado senão navios cançados.

Aproveita tambem a occasião para pedir ao sr. ministro que olhe pela tarifa dos soldos dos officiaes de marinha, por quanto sendo o serviço d'esta classe de servidores do estado o mais laborioso, é o menos remunerado.

O sr. Mello Soares:—participa achar-se installada a commissão de legislação, nomeando para seu presidente ao sr. Silva Cabral, para secretario ao sr. Telles e Vasconcellos, e reservando-se nomear relatores especiaes conforme os negocios de que tiver a tratar.

O sr. Ministro da Marinha (Ferrer):—sente que o sr. deputado o quizesse arguir de um facto de que elle não tem a menor culpa.

Apenas entrou no ministerio mandou apromptar, com a maior celeridade possivel, os navios de que pôde dispor para irem render os que se achavam já ha tempo bastante nas diferentes estações de Africa, e que não mandará nenhum d'aquelles a que se referiu o illustre deputado, por não serem proprios para aquelle serviço, por serem de grande lote.

Recebeu o primeiro telegramma na quarta feira proxima á noite, e a primeira cousa que fez apenas chegou á secretaria na quinta feira, foi mandar pedir para Nantes noticias acerca do sinistro.

Não é exacta a asserção do sr. deputado de terem os officiaes da corveta Sagres feito triste figura em Tanger por falta de meios, porque lhes foi aboada uma ajuda de custo para se poderem manter com a dignidade de officiaes portuguezes.

O sr. Maia:—pede se consulte a camara se lhe consente fallar segunda vez na materia que se está tratando.

Resolve-se affirmativamente.

O sr. Maia:—quando hontem se referiu ao desastre do brigue Mondego, teve logo o cuidado de não lançar sobre o sr. ministro actual responsabilidade alguma por este sinistro. Apresentando as suas idéas não se referia a s. ex.ª em especial, mas á entidade governo e a todos os ministros que têm estado á testa da repartição de marinha e ultramar, os quaes não pertencendo aquella arma, desconhecem a especialidade d'aquella repartição.

S. ex.ª indicou os navios que estão no Tejo dizendo, que não são proprios para aquella estação, por serem de grande lote, quando todos sabem que n'aquelles mares se acham estacionadas naus e fragatas inglesas e francezas, e assim como aquellas podem estar tambem as nossas corvetas.

Tambem s. ex.ª disse que a escuna Mariana se está apromptando para seguir para Moçambique, mas pergunta se já se deram as ordens necessarias para ali haver o carvão necessario para a navegação a vapor, porque sem carvão é uma inutilidade mandar para ali semelhante navio.

O sr. Ferraz de Miranda:—participa achar-se installada a commissão das consultas geraes de districto, nomeando para presidente o sr. Teixeira Sampaio, relator o sr. Jacinto José da Silva e Andrade, e a elle para secretario.

O sr. Lopes Branco:—manda para a mesa dois projectos de lei, um sobre as obras de que carece o estado em que se acha o rio Mondego, e de que precisam os campos que as suas inundações têm esterilizado; e outro sobre organização e administração civil.

No primeiro d'estos projectos estabelece as providencias que julga necessarias, para que as obras a que se refere, se levem a effecto, concluindo por propor a revogação da lei de 12 de agosto de 1856, contra a qual os proprietarios e lavradores do campo de Coimbra mandaram a esta camara em 1858 uma representação, com umas mil e trezentas assignaturas, que até agora não foi attendida, certamente porque outros negocios de maior importancia têm merecido a preferencia, mas que agora espera que o seja, juntamente com o projecto que tem a honra de apresentar, e que da mesma forma manda com elle para a mesa.

Enquanto ao outro projecto é relativo, como disse, á organização e administração civil, e este todos reconhecem que é da maior importancia; e tanto este como o outro, pede que se consulte a camara para que sejam impressos no Diario de Lisboa, porque se um interessa a todo o paiz, o outro não deixa tambem, de ser de muito interesse, porque diz respeito a uma parte importante d'elle, aonde se fazem necessarias obras da maior urgencia (apoiados).

O sr. Rodrigues Sampaio:—manda para a mesa uma representação dos guardas da fiscalisação da alfandega grande de Lisboa, pedindo augmento nos seus vencimentos.

O sr. Encarnação Coelho:—manda para a mesa uma proposta, renovando a iniciativa de um projecto de lei.

O sr. Viriato Sertorio:—não tendo assistido ás sessões da camara, desde o dia 16 do mez passado, em consequencia de grave incommodo de saúde, cumpre-lhe declarar que se tivesse estado presente na sessão de 28 d'aquelle mez, teria, juntamente com os seus collegas os srs. Pinto Coelho e Barros, assignado a renovação que então fizeram da iniciativa do projecto relativo aos officiaes convenccionados em Evora Monte, e irá assignar essa renovação da iniciativa á respectiva commissão, se o poder fazer.

Achando-se encommodado o sr. ministro da marinha, é conduzido para fóra da sala pelos seus collegas os srs. ministros do reino e da justiça, e acompanhado por grande numero de srs. deputados.

Em consequencia d'este acontecimento o sr. presidente declara a sessão interrompida por meia hora.

As duas horas e vinte e cinco minutos continua a sessão.

ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DA RESPOSTA AO DISCURSO DA COROA

O sr. José Esteves:—explica que tinha hontem indicado á camara que votasse este parecer, não por ser sobre o seu discurso, mas porque a inscripção estava quasi terminada, e o debate já fa muito largo, e hoje cede da palavra, deixando aos que se lhe seguirem fazer o que entenderem.

Os srs. Faustino da Gama e Telles de Vasconcellos cedem da palavra.

Lê-se na mesa o parecer, e successivamente são approvados todos os seus paragrafos.

Lê-se, para entrar em discussão, o parecer n.º 11, da commissão de verificação de poderes, sobre a incompatibilidade do sr. Folque, pela circumstancia de ser director da companhia das aguas.

O sr. Mello Soares (sobre a ordem):—como um acontecimento, de todos lastimado, constituiu a ca-

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Torres Vedras.—Acaba de estabelecer-se uma diligencia entre Torres Vedras e Alhandra, a qual, segundo se diz, começará na segunda-feira, 12 do corrente, as suas corridas. A diligencia sairá de Torres Vedras nas segundas, quartas e sextas, e partirá de Alhandra nas terças, quintas e sabados. Por esta forma ficará Torres Vedras quasi ás portas da capital, pois até Alhandra tem o passageiro lisboense facil transporte na via ferrea, e d'este ponto até Torres na diligencia de que damos a noticia.

Parece que se trata de organizar uma pequena companhia para alargar ainda mais o movimento d'esta empresa, que tão grande importancia vae dar desde já á villa de Torres Vedras, pondo-a em contacto immediato com o caminho de ferro.

Muito folgamos em ver assim encurtar as distancias, e aproximar populações, que hão de ganhar extraordinariamente com a criação de simillantes empresas, e com a realização de identicos factos.

Coimbra.—A junta geral d'este districto elegeu para seu presidente o sr. Francisco de Castro Freire; vice-presidente o sr. Antonio Abilio Gomes Costa; secretario Antonio Pires da Silva Azevedo Loureiro; e vice-secretario José Duarte Garcia.

Porto.—A junta geral d'este districto, depois de constituida, elegeu para seu presidente o conselheiro Joaquim Velloso da Cruz; vice-presidente dr. Luiz Antonio Pereira da Silva; secretario dr. Antonio Augusto Alves de Sousa; vice-secretario dr. Manuel Cardoso Coutinho de Madureira.

—No dia 5 do corrente uma barca; diz o Amigo do Povo, que vinha demasiadamente carregada de areia do Cabedello para as obras da nova alfandega, esteve quasi a afundir-se ai para junto de Massarelos. Deu contra umas pedras, e abrindo alguns rombos, teria submergido se se não lançasse ao rio toda a carga que trazia.

—A Associação Industrial Portuense tenciona admittir em a nova exposição industrial, que projecta levar a cabo, não só productos nacionaes, mas tambem aquellos que lhe forem enviados para esse fim de Barcelona e do Rio de Janeiro, onde a mesma associação tem commissões filiaes.

—Lê-se no Commercio do Porto de 8:

—Principiam hoje no seminario episcopal os exercicios espirituales dos ordinandos. Os exercicios duram nove dias.

—Os ordinandos são: 33 presbyteros, 16 diaconos, e 7 sub-diaconos.

Braga.—O administrador do concelho descobriu na rua de S. Lázaro, conforme diz o Bracarense, uma fabrica completa de vinho falso, e apprehendeu alguns cascos e pipas d'esse liquido, assim como diferentes drogas que serviam para a sua composição. Vae proceder-se á analyse chimica para se examinar se é nocivo á saúde publica.

—Numa correspondencia dirigida d'esta cidade ao Nacional, com data de 5 do corrente, encontram-se os seguintes paragrafos com respeito aos melhoramentos publicos, encetados pela camara municipal d'esta cidade, de que já temos dado noticia:

—A camara municipal tem quasi arborizada de todo o Campo de Sant'Anna, nas duas hortas dos passeios, a norte e a sul. O geral das arvores é de folha perenne. Pena é que não fossem escolhidas de maiores dimensões, para em breve poderem dar sombra aos amadores. Em o campo tendo bancos de ferro fundido, fica sendo para Braga o que é praça de D. Pedro para o Porto. Ha de ser o ponto de concurso central da velha cidade do Minho.

—A camara quer occupar-se tambem dos melhoramentos das ruas. Algumas precisam muito d'isso; e a de S. Marcos, e sobre tudo a da Cruz da Pedra, são das que mais demandam esses melhoramentos. São das mais importantes no transito publico.

lealmente para vencer os obstáculos que se oppo-
nham a esta resolução. Se a Toscana vota a ane-
xção não poderá o Piemonte repelir esta idea.

O estabelecimento de um vicariato nas legações,
diz ainda aquelle despacho, como que implicaria a
ingerencia directa da corte romana na administra-
ção interna daquellas provincias, e alem d'isso en-
contraria absoluta resistencia nas ditos povoações,
e a autoridade pontificia seria ali menos reconhe-
cida que com uma separação absoluta.

O conde de Cavour cre que a França conseguiria
o seu fim, levando-se ao cabo a annexação de-
baixo da reserva expressa por parte do rei, de re-
conhecer a superior soberania do papa, compromet-
tendo-se a manter a sua independencia até mesmo
com força armada, com tanto que a corte de Roma
se obrigasse a abonar as despesas da guerra.

Igualmente manifesta o conde, que reserva para
um segundo despacho a resposta ás outras questões
que não se referem directamente á Italia cen-
tral.

Londres, 7.—Kinglelake apresentará, segunda fei-
ra na camera, um projecto de mensagem, agrade-
cendo á rainha a publicação dos documentos rela-
tivos á annexação da Saboia á França, expressan-
do o desejo de que S. M. convide as grandes po-
tencias a que se unam á Inglaterra para impedir
os projectos annexionistas, que podem excitar a des-
confiança na Europa.

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*:
Londres, 5 de Março.—O *Morning Herald*, jor-
nal torney, annuncia, dizendo estar bem informado,
que Mr. Thounel pediu a sua demissão ao impe-
rador, e que se esta for aceita voltará ao ministé-
rio do conde Walewski, sendo de novo adoptado o
plano de Villafraña.

Paris, 5.—Em Niza tiveram lugar novas man-
ifestações nos theatros. No *italiano* a manifestação
foi por parte do partido piemontez, e no *theatro*
francês, na occasião em que se cantava um vande-
ville allusivo a Napoleão, o publico bradou: *Viva*
a annexação á França.

O *Correio dos Estados Unidos* publicou o tratado
textual assignado entre Yruarez e Mac-Lane, em no-
me do Mexico e dos Estados Unidos.

O governo anglo-americano tinha mandado tro-
pas para a Cochinchina, a fim de proteger os seus
subditos.

PRUSSIA

Uma petição dos habitantes de Breslau, a favor
dos interesses constitucionais da Italia, provocou
na camera dos deputados d'este paiz, em sessão do
1.º do corrente, uma acalorada discussão que ser-
viu de pretexto a que muitos oradores manifesta-
sem as suas sympathias pelas liberdades italianas.
Um d'elles, o deputado Bertowiki, exclamou: «Eu
sympathizo com a Italia e com a França. Esta úl-
tima potencia é uma protectora e uma amiga da
Italia: no Reno, porém, ella só seria conquistado-
ra.» O barão de Vencke defendeu calorosamente os
direitos dos italianos; respondendo á objecção feita
por um deputado de que a petição era hostil á Aus-
tria, á aquia germanica de duas cabeças: «A aquia
germanica disse elle, ainda não pôde ver uma só
penna d'essa ave. A aquia austriaca é branca e pre-
ta, nada tem que seja allemão; até tem feito o pos-
sivel para evitar a unidade allemã.»

Tomando parte na discussão, o ministro dos ne-
gocios estrangeiros expoz em poucas palavras os es-
forços tentados pelo governo para chegar a uma so-
lução da questão italiana, e terminou o seu discurso
pela seguinte declaração:

«Que a Italia, que é um membro importante dos
estados da Europa, não chegue sómente á tranqui-
lidade de facto, mas sim á posse de uma ordem re-
gular e legal. Tal é o grande interesse europen. A
Prussia nunca poderá deixar de cooperar effica-
zmente para este fim. A nossa principal missão con-
sistirá em evitar que surjam novas complicações
entre as grandes potencias, e que a Europa se torne
o theatro de uma nova guerra.» (La Patrie.)

INGLATERRA

Em seguida damos os pontos mais importantes do
discurso pronunciado por lord John Russell, quando
apresentou na camera dos commons a correspon-
dencia relativa á annexação de Niza e Saboia á
França.

Depois de emitir algumas duvidas ácerca da
existencia de um tratado entre a França e a Sar-
denha, relativamente a essa annexação, lord John
Russell expressou-se nos termos seguintes:

«Parece-me ter já dito que o imperador promet-
teu não adoptar, n'esta parte, resolução alguma sem
consultar previamente as grandes potencias. O mais
que posso fazer é citar as proprias palavras de sua
mestade.»

Eis a parte do discurso imperial citada pelo mi-
nistro inglez:

«Em presença d'esta transformação da Italia do
norte, que dá a um estado poderoso todas as passa-
gens dos Alpes, era do meu dever, para segurança
das nossas fronteiras, reivindicar as vertentes fran-
cezas das montanhas. Esta reivindicacão de um ter-
ritorio pouco extenso nada tem que deva assustar a
Europa, e desmentir a politica de desinteresse que
mais de uma vez tenho proclamado; por quanto a
França não quer proceder a esse engrandecimento,
por insignificante que seja, nem por uma occupação
militar, nem por uma insurreicção provada, nem por
intrigas, mas expondo francamente a questão ás
grandes potencias.»

Lord John Russell continuou depois nos termos
seguintes:

«O imperador deve ser o melhor interprete do
seu proprio pensamento, e nada devo acrescentar
ao que sua mestade disse. O imperador e o go-
verno francez são de opinião que a formação de um
estado poderoso na Italia central terá como resul-
tado collocar a França n'uma posição menos vanta-
josa do que aquella em que se acha actualmente,
porque, em caso de guerra, essa potencia poderá ser
invasida pela Saboia e por Niza. A França contri-
buiu muito para a guerra da Italia, e cre, no meu
modo de pensar, sem injusticia, que pôde reclamar
uma fronteira mais segura do que a que hoje pos-
sue.»

«O imperador dos francezes compromettou-se for-
malmente a não proceder á annexação sem consul-
tar previamente as outras potencias da Europa. Não
posso ir alem do verdadeiro sentido d'esta declara-
ção: porém dependendo d'ella que se for o sentimento
unanime ou mesmo geral das grandes potencias que
a annexação não seja para desajaz, e que ella possa
comprometer a segurança ou a paz do continente,
o imperador dos francezes por certo renunciará ao
seu projecto. No que diz respeito ás idéas do go-
verno de sua mestade, essas idéas acham-se ex-
postas na correspondencia que hoje apresento ás ca-
maras.»

O *Daily-News* publica a analyse da correspon-
dencia diplomatica relativa á questão da Saboia,
que, como dissemos, foi communicada á camera dos
commons por lord John Russell. Dois factos pare-
cem resultar d'essa correspondencia: o primeiro, que
o governo francez subordinou a annexação a certas
hypotheses; o segundo, que o governo inglez o des-
persuadiu d'esse projecto em todas as hypotheses.
Assim, no dia 9 de julho ultimo, o conde Walewski
declarou a lord Cowley, que, como o engrandeci-
mento da Sardenha se limitava á Lombardia, já se
não tratava da annexação da Saboia. Mais tarde,
o governo francez declarou ainda que a annexação

lhe parecia inutil, na hypothese da formação do rei-
no do centro. Porem, proclama-a indispensavel uma
vez que o engrandecimento do Piemonte, em vez
de se limitar á Lombardia, deva abranger todas as
partes das provincias do centro. Tal é a divergencia
reduzida á sua mais simples expressão.

COCHINCHINA

Tomos á vista uma correspondencia de Saigon,
datada de 2 de janeiro ultimo, com alguns novos
promenores relativos a esta parte do imperio de
Annam. O contra-almirante Page, na data cita-
da, estava no Cambodge, com uma parte da divi-
são naval. A situação do paiz era excellente. Os al-
liados estavam completando os trabalhos emprehi-
dos para defeza da cidade e protecção da emboca-
dura do rio.

Estava-se organisando um corpo de indigenas com-
posto unicamente de voluntarios. Os officiaes d'esse
corpo deverão ser francezes; porém os annamitas
que se distinguirem de uma maneira particular, ou
derem provas de reconhecido merecimento e instruc-
ção, poderão chegar á patente de official, sem que
a proporção d'estes ultimos possa em tempo algum
exceder a quarta parte da totalidade dos officiaes
do corpo. Um joven christão, filho do mandarim
Sun-Sia, que foi martyrisado ha um anno em Ton-
king, foi nomeado alferes. Esse joven annamita con-
ta hoje 23 annos de idade, e desde que os france-
zes estão em Saigon, tem mostrado pela França a
maior dedicacão; sendo até encarregado de missões
difficeis, nas quaes sempre se houve de uma ma-
neira assaz satisfactoria. Além d'isto tem grande in-
fluencia nos seus compatriotas.

A medida relativa á abertura do porto de Saigon
aos navios estrangeiros devia começar a vigorar no
dia 20 de janeiro ultimo. Os indigenas começavam
a concorrer a essa cidade, com grande porção de
generos alimenticios. Não padecem hoje a mesma du-
vida de que Saigon está destinada a tornar-se uma
praça maritima de grande importancia. (La Presse.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO

INFANTE D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

| BAROMETRO (PRESSÃO) | THERMOMETRO (TEMPERATURA) | PSYCHROMETRO (HUMIDADE) | ANEMOMETRO (VENTO) |
|------------------------|------------------------------|----------------------------|-----------------------|
| Millimetros | Grãos C. | Por 100 | Rumos |
| 9 m. 754,88 | 4,7 | 45,9 | NE. |
| 3 t. 753,52 | 10,5 | 26,7 | NNE. |

DIA 9.

| | |
|------------------------------------|----------|
| Maxima—temperatura..... | 13,0 C. |
| Mínima..... | 3,5 " |
| Ozone (de noite)..... | 4,5 " |
| (de dia)..... | 5,0 " |
| Chuva (udometro)..... | 0,0 Mil. |
| Evaporação (vapormetro)..... | 11,8 " |
| Altura barométrica correcta..... | |
| Altitude do barometro 95,1 metros. | |
| Temperatura á sombra..... | |

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA DO PORTO

| | |
|---|--------------|
| Receita da alfandega de 1 a 5 de março..... | 22.292,34\$5 |
| Idem no dia 6..... | 4.926,43\$0 |
| Idem no dia 7..... | 7.203,53\$0 |
| | 34.062,34\$5 |

MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Março, 6

| MANIFESTADO PARA DEPÓSITO | Pipas Alm. Can. |
|---------------------------|-----------------|
| Vinho..... | 221 10 - |
| Aguardente..... | 1 4 - |

DESPACHADO PARA CONSUMO

| No Porto | Pipas Alm. Can. |
|-------------------|-----------------|
| Vinho maduro..... | 8 7 6 |
| Dito verde..... | 4 - - |

Em Villa Nova

| | | | |
|------------|-------|------|------|
| | Pipas | Alm. | Can. |
| Vinho..... | 39 | 12 | 2 |
| Março, 7 | | | |

DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO

| | | | |
|--------------------------|-----|----|---|
| Vinho..... | 112 | 10 | 0 |
| DESPACHADO PARA CONSUMMO | | | |
| No Porto | | | |

Março, 7

| MANIFESTADO PARA DEPÓSITO | Pipas Alm. Can. |
|---------------------------|-----------------|
| Vinho..... | 112 10 6 |

DESPACHADO PARA CONSUMO

| No Porto | Pipas Alm. Can. |
|-------------------|-----------------|
| Vinho maduro..... | 3 6 2 |
| Dito verde..... | 7 16 - |

Em Villa Nova

O *Naciodal* diz que tem sido extraordinaria a exportação de laranja pela barra do Douro. Quasi todos os dias saem dois e tres barcos carregados,

DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO

O *Braz Tizana* diz que no dia 7 haviam chegado das proximidades de Braga setenta e tantos carr

EXPORTAÇÃO DE LARANJA

O *Nacional* diz que tem sido extraordinaria a ex-
portação de laranja pela barra do Douro. Quasi to-
dos os dias saem dois e tres barcos carregados, e
ultimamente estava ali um vapor á carga d'este ge-
nero.

O *Braz Tizana* diz que no dia 7 haviam chegado
das proximidades de Braga setenta e tantos carros
com laranjas, todas para embarque.

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 10 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Royal Albert, nau ingleza a vapor, commandan-
te H. Lacon, de Weymouth, em 9 dias, e de Torkey
em 5; 1.070 praças de guarnição, 121 peças,
é da força de 500 cavallos.

Edga, nau ingleza a vapor, commandante J. E.
Katon, de Weymouth em 9 dias, e de Torkey em
5; 860 praças de guarnição, 91 peças, é da força
de 600 cavallos.

Donagall, nau ingleza a vapor, commandante H.
Broadhead, de Weymouth em 9 dias, e de Torkey
em 5; 860 praças de guarnição, 101 peças, é da
força de 800 cavallos.

Abonkey, nau ingleza a vapor, commandante D.
Curry, de Weymouth em 9 dias, e de Torkey em
5; 830 praças de guarnição, 90 peças, é da força
de 400 cavallos.

Algier, nau ingleza a vapor, commandante G. B.
Callaghan, de Weymouth em 9 dias, e de Torkey
em 5; 850 praças de guarnição, 91 peças e da força
de 600 cavallos.

Queen, nau ingleza a vapor, commandante C. H.
Myar, de Weymouth em 9 dias, e de Torkey em
5; 830 praças de guarnição, 86 peças, é da força
de 500 cavallos.

Melpomeu, fragata ingleza a vapor, commandan-
te C. J. Ewart, de Weymouth em 9 dias, e de Tor-
key em 5; 560 praças de guarnição, 51 peças, é
da força de 600 cavallos.—Esta esquadra é com-
mandada pelo almirante C. Fremantle.

Modern Greece, vapor inglez, capitão J. Palmer,
de Selina em 25 dias, de Constantinopla em 12, e
de Malta em 7, com trigo, lã e mais generos a G.

A. Hancock & C.ª; 25 pessoas de tripulação, 3 pas-
sageiros que são: G. Angel, I. Angel, E. M.ª Lask,
trabalhadores inglezes; é da força de 120 cavallos.
Destina-se para Londres, e vem aqui receber car-
vão.

Feliz Pensamento, hiate portuguez, mestre A. J.
Felix, de Setubal em 2 dias, com madeira; 7 pe-
soas de tripulação.

União de Alcazer, hiate portuguez, mestre J. I.
Laborda, de Setubal em 2 dias; com madeira e tri-
go; 6 pessoas de tripulação.

Neptuno, hiate portuguez, mestre J. Domingos,
de Vianna em 3 dias, com milho; 8 pessoas de tri-
pulação, e 7 passageiros, que são: José Joaquim
de Freitas, empregado publico; José dos Santos
Dias, marítimo, portuguez; Manuel Bentin, Ma-
nuel Poentin, Manuel Freitas, Francisco Garrido,
Manuel Garrido, serventes, hespanhoes.

Carolina, rasca, mestre L. S. Salgado, de Avei-
ro em 2 dias, com madeira e feijão; 11 pessoas de
tripulação, e 2 passageiros, que são: Anselmo Chris-
tovão, Antonio Crua Branca, marítimos, portuguezes.

Marie Angèle, caixamarim francez, capitão F.
Couillon, de Sevilha em 21 dias, com chumbo, lã,
e cortica ao seu consul; 6 pessoas de tripulação.
Destina-se para Rouen, e vem arribado com avaria
no pau da bojarona.

Hero, nau ingleza a vapor, commandante o ca-
pitão G. H. Seymour, de Portsmouth em 5 dias;
980 praças de guarnição, e 91 peças; e é da força
de 600 cavallos.

Flor de Santos, badeira, mestre J. M. de Gou-
veia, de S. Martinho em 24 horas, com carvão; 6
pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F.
B. Ribeiro para Sines, e mais portos do Algarve,
com encomendas; 20 pessoas de tripulação e 59
passageiros.

Resolvido, brigue portuguez, capitão A. da Penna,
para o Rio de Janeiro, com vinho e mais generos;
17 pessoas de tripulação e 6 passageiros, que são:
Francisco Alberto Soares da Silva, Antonio Lopes
da Costa, Antonio Augusto Alves, Antonio José
Franco, Francisco Antonio Fernandes, caixeiros;
Joanna de Ascenção; portuguezes.

Relampago, brigue portuguez, capitão J. X. da
Fonseca, para Pernambuco, com vinho, e mais ge-
neros; 14 pessoas de tripulação.

Alexander, brigue russo, capitão A. Bockhoff,
para Libau, com sal; 8 pessoas de tripulação.

De Maas, galeota hollandesa, capitão W. Post,
para Vlaardingen, com sal, e fruta; 7 pessoas de tri-
pulação.

Oliveira, hiate portuguez, mestre J. M. da Trin-
dade, para Setubal, com cento e encomendas;
9 pessoas de tripulação.

Frassquita, caixamarim hespanhol, capitão J. Mas-
sot, para Santander, com vinho, arroz e mais ge-
neros; 9 pessoas de tripulação.

Emily, patacho inglez, capitão C. Acland, para
New York, com sal, vinho, e mais generos; 9 pe-
soas de tripulação.

Ondine, escuna ingleza, capitão J. Pethrick, para
Aveiro, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Cruz 3.ª, hiate portuguez, mestre A. S. Amaro,
para o Porto, com barro e algodão; 6 pessoas de
tripulação.

John & Mary, patacho inglez, capitão G. Wills,
para Villa Real de Santo Antonio, em lastro; 6 pe-
soas de tripulação.

Amazon, paquete inglez a vapor, capitão A. Li-
gett, para Cadiz, Mogador, e Gran-Canarias, com
varios generos; 24 pessoas de tripulação, e 9 pas-
sageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de
Belem, em 10 de março de 1860.—J. J. Cecilia
Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 10 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 9

Entradas—Portuguezes, vapor *Lusitania*, de Lis-
boa em 20 horas; hiates, *Loureiro 1.º*, de Lisboa
em 3 dias; *Hercules*, de Aveiro em 2 dias; rasca,
Janota, da Figueira em 3 dias.

Saídas—Galera portugueza *Olinda*, para o Rio
de Janeiro; inglezes, vapor *Minho*, para Liverpool,
escuna *Herold*, para Melbourne.

Fôra da barra ficam 7 hiates portuguezes.—O
mar está bom.—O vento esteve NE. agora E. re-
gulares.

De Vianna do Castello, do dia 9

Entrou o hiate *Puritano*, de Lisboa.

Saídas—hiates portuguezes, *Treze de Maio*, para
Lisboa, e *Restauração*, para Villa Nova de Porti-
mão.

De Caminha, do dia 9

Entrou o hiate portuguez, *Novo Azevedo*, da Fi-
gueira.

Saídas—hiates portuguezes *Bom Dia* e *Novo Es-
pedrador*, ambos para Malaga.

Mar bom.—Vento NE.

De Ericeira, do dia 9

Entrou a rasca *Maria Isabel*, de Lisboa em las-
tro.

Mar bom.—Vento ENE.

De Tavira, do dia 9

Não entrou nem saiu embarcação alguma.
Vento NE. regular.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 9

Entrou o brigue inglez, *Ensporcun*, de Malaga
em 2 dias, em lastro.

Não saiu embarcação alguma, nem se avistam.
O mar na barra está bastante grosso.—Vento
SE. forte.

De Setubal, do dia 9

Entradas—Vapor inglez *Douro*, de Lisboa em
lastro; escunas, norueguesa, *Alart Sta Andea*, em
lastro; dinamarcheja, *Saraph*, de Lisboa em las-
tro; hiate portuguez *Magdalena*, de Lisboa com ma-
deira.

Saiu o hiate portuguez, *Estrella de Caminha*,
para Caminha, com sal; cahique portuguez, *Senhor*
do Bom Fim, para Olhão, com arroz.

Vento ENE. fresco.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 10
de março de 1860.—O director geral, J. B. da
Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, 10 de março.—Não houve coti-
sação.

Bolsa de Paris, 10 de março.—3 1/2 francez a 67,95
—4 1/2 dito a 95.

Bolsa de Londres, 10 de março.—Consolidados
de 94 3/4 a 94 7/8.

AVISOS

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL

DA MARINHA

De ordem do ex.º presidente são convocados to-
dos os socios para a reunião da assembleia geral,
que deverá ter lugar no proximo domingo, 18 do
corrente, pelas onze horas da manhã, no local do

costume, a fim de se elegerem os cargos que faltam
a ser preenchidos.
Sala das sessões, em 12 de março de 1860.—
Francisco Rangel de Lima, 1.º secretario.

FUTURO SOCIAL

É convocada a assembleia geral a reunir segun-
da-feira 12 do corrente, pelas 7 1/2 horas da noite,
na sala do centro promotor; 1.ª parte da ordem da
noite, continuação de trabalhos pendentes: 2.ª par-
te, continuação da palestra sobre os direitos e de-
veres dos cidadãos.—O secretario, A. A. da Silva
Lobo.

IMPRESA NACIONAL

Na imprensa nacional e nas lojas dos seus com-
missarios, em Lisboa o sr. Lavado, no Porto o sr.
Jacinto Pinto da Silva, e em Coimbra o sr. Orel,
vende-se o missaleto ou pequeno caderno com todos
os officios matutinos da semana santa, e com duas
paixões que se têm no domingo de ramos e sexta
feira santa, em cantochão.—Preço 1,000 réis.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

JULIO GERARD

O MATADOR DE LEÕES

A CAÇA AO LEÃO

ORNADA DE 12 ESTAMPAS

TRADUZIDA POR F. P. DA SILVA VIEIRA

Publicou-se a 4.ª caderneta de 32 paginas, acom-
panhada de uma estampa.

Preço de cada caderneta 40 réis, e de cada es-
tampa 20 réis.

Consta de um unico volume, que não deve im-
portar em mais de 700 réis.